



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ-UNIFAP
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL**

Lidiane Rodrigues Vieira

**POLÍTICAS DE INTEGRAÇÃO ENTRE AMAPÁ E GUIANA FRANCESA:
UMA ETNOGRAFIA DOS PROCESSOS DE COOPERAÇÃO
TRANSFRONTEIRIÇA FRANCO-AMAPAENSE**

MACAPÁ
2013

Lidiane Rodrigues Vieira

**POLÍTICAS DE INTEGRAÇÃO ENTRE AMAPÁ E GUIANA FRANCESA:
UMA ETNOGRAFIA DOS PROCESSOS DE COOPERAÇÃO
TRANSFRONTEIRIÇA FRANCO-AMAPAENSE**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, como requisito para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Área de Concentração: Sociedade, Cultura e Desenvolvimento Regional.
Orientador: Prof. Dr. José Maria da Silva.

MACAPÁ
2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**Biblioteca Central da Universidade Federal do Amapá**

Vieira, Lidiane Rodrigues.

Políticas de integração entre Amapá e Guiana Francesa: uma etnografia dos processos de cooperação / Lidiane Rodrigues Vieira; orientador José Maria da Silva. Macapá, 2013.

89f.

Dissertação (mestrado) – Fundação Universidade Federal do Amapá, Programa de Mestrado Integrado em Desenvolvimento Regional.

Orientador Prof^o José Maria da Silva

1. Brasil – Fronteiras – Guiana Francesa. 2. Guiana Francesa – Fronteiras – Brasil. 3. Brasil – Relações exteriores – Guiana Francesa. 4. Guiana Francesa – Relações exteriores – Brasil. 5. Etnologia. I. Silva, José Maria, orient. II. Fundação Universidade Federal do Amapá. III. Título.

CDD (22.ed.) 327.810882

Lidiane Rodrigues Vieira

**POLÍTICAS DE INTEGRAÇÃO ENTRE AMAPÁ E GUIANA FRANCESA:
UMA ETNOGRAFIA DOS PROCESSOS DE COOPERAÇÃO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Avaliado em: _____ / _____ / _____

Banca Examinadora

Prof. Dr. José Maria da Silva
(Orientador-PPGMDR/UNIFAP)

Prof. Dr. Adalberto Ribeiro Carvalho
(Examinador Externo)

Prof. Dr. Manoel de Jesus Souza Pinto
(Examinador PPGMDR/UNIFAP)

***À minha mãe, meus filhos Gabriel
e Mariana e ao meu marido Djalma, com amor.***

AGRADECIMENTOS

São muitas as pessoas que me ajudaram neste longo processo de construção desta dissertação, tanto no sentido prático, quanto afetivo e espiritual. Minha família, meus amigos, às amigas Christianni Lacy e Leidiane Vaz amigas que se estenderam além dos muros da universidade, ao presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do estado do Amapá – Fundação Tumucumaque e, professor Dr. Jadson Luís Rebelo Porto, pela liberação parcial das minhas atividades em 2012 para a construção deste trabalho, assim como pela amizade e orientações sobre a vida acadêmica. Todos foram especiais e unicamente importantes.

À Universidade Federal do Amapá, especialmente aos professores e técnicos do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional pelo apoio e por me oportunizar a experiência do Mestrado. De maneira especial, ao Prof. Dr. Arley Silveira e Prof. Dr. Adalberto Carvalho pelas contribuições na qualificação do projeto. À prof. Dr. Carmetilla Martins por sua humanidade e contribuições nos momentos mais difíceis deste trajeto.

As pessoas entrevistadas, tanto no Amapá como na Guiana Francesa. À Cônsul Geral do Brasil em Caiena, Ana Lélia Belicá Beltrame e Antônio Taborda nas passagens pela Guiana Francesa, pelas conversas repletas de informações e que me possibilitaram ter um olhar diferenciado sobre a Guiana Francesa.

Faço referência em especial ao Dr. José Maria da Silva, meu professor e orientador que me ensinou a superar minhas próprias resistências, me ajudaram e me possibilitou experiências que não imaginava viver. Por sua confiança e fidelidade pela construção desta parceria, minha imensa gratidão.

“Fronteiras só existem no pensamento”

Djalma da.

RESUMO

Este estudo analisa as particularidades da cooperação transfronteiriça Franco-Brasileira, nas instâncias governamentais de diálogos, nacionais, regionais e locais a partir da década de 1990. Dois fatores importam nesta análise: a integração empreendida pelo Amapá e Guiana Francesa, fortemente mobilizada pelos processos de globalização e o fato das regiões fronteiriças serem consideradas estratégicas por seus governos centrais, atribuída a sua localização na faixa de fronteira. Conhecer essa particularidade, desvendar como é gerida esta modalidade de cooperação e o papel atribuído aos atores no diálogo de construção, além da importância que assumem, são questões orientadoras desta pesquisa. As hipóteses levantadas consideram que, mesmo estratégicas, essas regiões estão alheias ao processo de decisão das políticas dos Estados Nacionais; o governo federal, harmonicamente com os governos estaduais, planeja a integração regional sem considerar as particularidades e aptidões das regiões no desenvolvimento de processos interativos fronteiriços. O primeiro capítulo discute noções de Globalização e Estados Nacionais buscando as particularidades atribuídas a essa região amazônica. O segundo busca construir um breve histórico relativo à questão fronteiriça, delimitando em três fases importantes: conflito do contestado, década de 1960 com a migração intensa a Guiana francesa e a Assinatura do acordo quadro de cooperação franco-brasileiro. O terceiro capítulo analisa a construção e principais iniciativas das ações de cooperação transfronteiriça Amapá/Guiana Francesa. Após o exame de documentos institucionais e realização de entrevistas a gestores públicos municipais, estaduais e nacionais a pesquisa concluiu-se que a cooperação encontra-se ainda em fase de amadurecimento, pois alguns setores como fluxos de pessoas, econômico e ambiental partem de um intenso esforço estratégico dos governos locais na interlocução com seus homólogos nacionais na criação de um regime diferenciado de legislações entre as unidades fronteiriças.

Palavras-Chaves: Amapá; Guiana Francesa; Relações Diplomáticas, Etnografia.

RÉSUMÉ

Cette étude analyse la particularité de la coopération transfrontalière entre la Guyane française et l'Amapá, dans plusieurs cas, de dialogues gouvernementales, les autorités nationales, régionales et locales dans les années 1990. Deux facteurs sont importants dans cette analyse : l'intégration recherchée par ces régions, mobilisées par les processus de mondialisation et le fait que la région est considérée comme stratégique par le gouvernement fédéral pour son emplacement le long de la frontière. Connaissant cette particularité, car il est considéré à démêler la Coopération Transfrontalière et le rôle des acteurs dans le dialogue et le renforcement des institutions et l'importance qu'ils supposent attribué, sont des questions d'orientation de cette recherche. Les hypothèses affirment que même stratégique, ces régions ne participent pas dans les politiques de prise de décision des États-nations impliquant : le gouvernement fédéral, en harmonie avec les gouvernements des États, des plans d'intégration régionale sans prendre en compte les particularités des mêmes compétences et le développement frontière des processus interactifs. Le premier chapitre aborde les notions de limite, la mondialisation et l'État national rechercher les caractéristiques attribués à cette région de l'Amazonie. La seconde vise à construire un bref historique sur la question des frontières, définissant trois grandes phases dans la construction du dialogue entre les régions. La troisième analyse la construction et les grandes initiatives d'actions institutionnelles concernant la Coopération Guyane Amapá / français. Après examen des documents institutionnels et des entretiens avec les autorités publiques locales, la recherche a conclu que les particularités des régions analysées en ce qui concerne les questions frontalières ne sont pas traitées en aucune façon à la recherche des solutions aux problèmes de cette région et que les populations sont à côté de dialogue franco-brésilien.

Mots-clés: Amapá, la Guyane française; Ethnographie, relations diplomatiques.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1: Principais aspectos de promoção e entraves da Cooperação Transfronteiriça.....	32
QUADRO 2: Principais tratados anteriores ao Laudo Arbitral Suíço.....	40
QUADRO 3: Demonstrativo dos principais eixos do Plano de Ação.....	45
QUADRO 4: Membros institucionais centrais e locais da Cooperação Transfronteiriça.....	51
QUADRO 5: Datas e locais das principais Reuniões da Comissão Mista Transfronteiriça.....	55
QUADRO 6: Síntese dos eixos de atuação do Programa Operacional Amazônia - POA.....	57
QUADRO 7: Principais iniciativas de CTT em Matéria de Ciência e Tecnologia.....	77

FOTOS

FOTO 1: Mapa demonstrativo da área de conflito entre Brasil e França no século XIX.....	37
FOTO 2: Reunião da Comissão Mista Transfronteiriça - CMT.....	54
FOTO 3: Organograma do POA.....	56
FOTO 4: Encontro do Presidente Lula e Sarkozy na fronteira entre Amapá e Guiana Francesa em 2008.....	63
FOTO 5: Ponte Binacional totalmente construída.....	63
FOTO 6: Postos de Fronteira em Saint-Georges totalmente construídos.....	64

LISTA DE TABELA

TABELA 1: Demonstrativo dos principais projetos apoiados pelo POA.....	59
--	----

LISTA DE SIGLAS

ADAP – Agência de Desenvolvimento do Amapá

GNC – Governos não Centrais

IBAMA – Instituto Brasileiro de Recursos Naturais Renováveis e Meio Ambiente

MRE – Ministério das Relações Exteriores

DAAC – DéveloppementAccompagnementAnimationCoopération

INSEE – Institut National de la Statistique et des Études Économiques

IRD - Institut de Recherche pour le Développement

PAF – Police aux Fronteires

PDFF - *Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira*

PIB - Produto Interno Bruto

PNCO - Parque Nacional do Cabo Orange

PNRG - Parque Natural regional da Guiana – Parc naturel régional de Guyane

RUP – Região Ultraperiférica – Région ultrapériphérique

UNIFAP – Universidade Federal do Amapá

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1: ESTADO NACIONAL E GOVERNANÇA EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO	24
1.1 O Estado Moderno.....	24
1.2 Globalização e Crise do Estado	26
1.3 Estado Nacional e Governança Mundial.....	28
CAPÍTULO 2: BREVE HISTÓRIA DA FRONTEIRA E OS TRATADOS TERRITORIAIS	34
2.1 Primeira Fase: Entre negociações e conflitos até a demarcação das terras do Cabo Norte.....	35
2.2 Segunda Fase: A migração de brasileiros para a Guiana Francesa.....	40
2.3 Terceira Fase: O contexto do retorno das relações bilaterais entre Brasil e França.....	43
CAPÍTULO 3 - COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA: ATORES, ACORDOS E DESAFIOS	46
3.1 A COMISSÃO MISTA TRANSFRONTEIRIÇA – CMT.....	49
3.2 PROGRAMA OPERACIONAL AMAZÔNIA – POA.....	56
3.3 PRINCIPAIS INICIATIVAS DE COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA AMAPÁ/GUIANA FRANCESA.....	61
3.5.1 Cooperação Transfronteiriça nas Áreas de Infraestrutura.....	61
3.5.2 A Ponte sobre o Rio Oiapoque.....	62
3.5.3 Projeto InfoVia Guiana Francesa - Amapá.....	65
3.5.4 Cooperação Transfronteiriça em movimento de pessoas.....	67
3.5.5 Projeto de Criação de posto consular em Saint-Georges-de-L’Oyapock e em Oiapoque.....	74
3.5.6 Projeto Casa do Migrante.....	74
3.5.7 Projeto de Carta de Circulação Transfronteiriça.....	75
3.5.8 O Conselho da Bacia do Rio Oiapoque.....	75
3.5.9 Cooperação Transfronteiriça em Ciências, Tecnologia e Inovação.....	75
3.5.10 Programa de Interação Técnico-Científico Amapá/Guiana Francesa – GUYAMAZON.....	79
3.5.11 Centro Franco-Brasileiro da Biodiversidade Amazônica.....	79

3.5.12 Colaboração em pesquisas em sítios arqueológicos.....	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
REFERÊNCIAS	84

INTRODUÇÃO

No presente estudo analisaremos a cooperação transfronteiriça Franco-Brasileira, enfatizando as ações diplomáticas aplicadas à fronteira entre Amapá e Guiana Francesa. O foco desta análise fundamenta-se pela atuação das ações diplomáticas de agentes institucionais locais. A cooperação de agentes locais vem gradativamente ganhando espaço no mundo a partir dos anos 70 e 80, graças à contribuição do fenômeno da globalização e do avanço da informação que funde o local ao mundial na convergência de uma cultura global e conseqüentemente descentralizam o poder político não apenas aos Estados-nacionais, mas abrem um leque de atuação aos demais estados subnacionais.

Os estados subnacionais, Estado do Amapá e a unidade Departamental Ultramarina Guiana Francesa situam-se ao nordeste da América do sul e compartilham uma fronteira internacional de 655 quilômetros, dos quais 360 são constituídos pelo Rio Oiapoque do mesmo nome da cidade fronteiriça do lado brasileiro.

A fronteira internacional sempre foi palco de inúmeros episódios que alternam entre embates e negociações. O mais significativo destes, marcante para a história da região, ficou conhecido como “Questão do Amapá” e se arrastou do século XVII até fins do século XIX. Onde Portugal e mais tarde Brasil e França travavam uma intensa disputa visando às posses do território que ia do Oiapoque até Calçoene, ainda em posses de Portugal.

Este episódio tem seu desfecho com a assinatura do Laudo Arbitral Suíço, que possibilitou a fixação definitiva da região ao Brasil (Amapá) em 01 de Dezembro de 1900, graças às argumentações do Diplomata Barão do Rio Branco, ministro das Relações Exteriores do Brasil de 1902-1912, no Tribunal de Berna. A fundamentação baseou-se em estudos geográficos da região que demonstravam os limites fronteiriços fixados no acordo de Madri, que previa os limites da fronteira no Rio Oiapoque, diferentemente das argumentações do lado Francês que afirmavam que o rio se tratava do Rio Vicente Pinzón pertencente ao território Francês.

Após deste, poucas iniciativas institucionais incidentes na fronteira demonstrando certa apatia as questões diplomáticas voltadas à fronteira franco-brasileira. Apesar de vários acordos firmados pela relação bilateral entre Brasil e França no século XX, apenas três incidem diretamente a fronteira sejam eles: a convenção de 1900 onde previa a confirmação dos limites fronteiriços entre Brasil e França, o acordo marítimo de 1975 e o tratado de delimitação marítima de 1981¹.

No entanto, o processo de globalização traz em seu bojo uma nova reconfiguração do espaço fronteiriço e assim, a relação bilateral franco-brasileira diferentemente das disputas coloniais pelos territórios vem agora com uma abertura para o diálogo diplomático voltado à cooperação. Conseqüentemente, a fronteira ganha outro significado muito mais voltado a cooperação entre as regiões e não mais de divisão, separação e de disputas pelos territórios.

Neste contexto, Brasil busca criar alternativas de integração com seus homólogos fronteiriços na busca de soluções para problemas comuns enfrentados por estas regiões limítrofes, principalmente como migração, tráfico de drogas e questões ambientais. Tendo como pano de fundo as questões levantadas, Brasil e França assinam em 1996 o Acordo Quadro de Cooperação Brasil - França, o qual insere após anos de apatia um diálogo político nos diversos níveis governamentais e introduz de maneira inédita atores locais na arena de debates.

A partir do Acordo-Quadro diversas iniciativas de cooperação vêm sendo discutidas pelos atores institucionais locais do Amapá e da Guiana Francesa buscando, principalmente, criar um espaço de integração fronteiriço. Desse modo, o conjunto de questões a seguir instiga o presente estudo:

1. De que maneira as relações diplomáticas de Brasil e França voltadas à fronteira franco-amapaense acontecem?

¹ GRANGER, Stéphane. O contesté franco-brésilien dans l'imaginaire guyanais revue guianais n.06, 4 ème trimestre 2003, Ed. Centre regional de Documentação pedagógica(CRDP) da guiana in. CEROM.

2. Como são construídas as relações institucionais locais buscando uma cooperação transfronteiriça?
3. Os governos locais do Estado do Amapá e da Guiana Francesa utilizando de acordos formais buscam, através de uma cooperação transfronteiriça, minimizar os impactos sociais, econômicos e ambientais vivenciados pela população na região da fronteira Franco-Brasileira?
4. Quais os principais entraves e avanços da cooperação transfronteiriça Amapá/ Guiana francesa no processo de integração regional?

Nesta perspectiva, o estudo visa conhecer e analisar quais os mecanismos diplomáticos realizados pelo Amapá e Guiana Francesa visando a construção de uma cooperação transfronteiriça. Tendo em vista, que as várias ações de cooperação franco-amapaense avançam muito mais rápidas que os próprios regulamentos jurídicos e acordos diplomáticos nacionais e está fortemente balizada por relações institucionais e informais. Para tanto, se buscou especificamente: i) analisar os acordos, intercâmbios e as principais iniciativas construídas pela diplomacia local Amapá-Guiana Francesa; ii) identificar as instituições e atores responsáveis das ações, acordos e/ou projetos de cooperação transfronteiriça; iii) analisar os entraves e avanços da cooperação transfronteiriça após a assinatura do acordo quadro de cooperação Brasil – França de 1996;

Considera-se que alguns instrumentos legais como a assinatura do Acordo-Quadro e o Plano de ação entre Brasil e França tiveram significativa contribuição para a redefinição dos projetos de cooperação transfronteiriça na década de 1990, pois a implantação deste instrumento legal abriu um campo de “oportunidades” para projetos comuns entre as regiões e que vem gradativamente consolidando uma rede composta por funcionários de órgãos governamentais, pesquisadores e intelectuais ligados à universidade.

No primeiro momento, procuramos ouvir os técnicos que participaram das diversas negociações e conversas iniciais dos acordos e projetos de cooperação, funcionários que passaram pelo governo do Estado. Porém, desde 1995, data que marca o início das conversas formais para a consolidação do Acordo-Quadro, foram mais de sete coordenadores somente na Agência de Desenvolvimento do Amapá, órgão estadual de gerenciamento dos projetos de

cooperação internacional, além dos diversos técnicos e das diferentes instituições públicas e privadas participantes. Contamos também com a forte alternância entre os governos.

É importante ressaltar, que mesmo com diversas mudanças no corpo técnico das instituições, elas constituem elos importantes de uma rede de contato e isso foi bastante ilustrativo para entendermos a condução das dinâmicas relacionadas aos projetos. A partir de conversas informais e formais do levantamento de dados nos documentos fornecidos pela própria agência podemos ir clareando os elos de uma rede de relações que consolidam as articulações nacionais e internacionais, rede ainda hoje atuante, mesmo com a intensa alternância de funcionários e reestruturação institucional.

O caminho que escolhemos percorrer para o levantamento de dados sobre os projetos de cooperação Transfronteiriça e suas negociações foi de identificar agentes que estavam em posição profissional ou política estratégica entre os anos de 1995 e 2010. A partir delas – elos centrais de uma cadeia de relações nos foram indicados outras nas mais diversas instituições governamentais e não governamentais.

Havia poucas informações sobre a história das negociações. As que foram coletadas dizem respeito aos relatos dos mais antigos e atuais responsáveis institucionais da cooperação entre franco-amapaense. Também encontramos uma escassez de documentos nos arquivos dos órgãos governamentais envolvidos.

Neste contexto, durante o primeiro ano de pesquisa nos dedicamos a análise de documentos, ouvir relatos e procurar informações sobre os projetos na Agência de Desenvolvimento do Amapá (ADAP), Assembléia Legislativa do Estado do Amapá, através da Comissão de Relações Exteriores e Defesa do Estado (CREDE), Ministério das Relações Exteriores (MRE), Conselho Regional da Guiana, Consulado do Brasil em Caiena, Consulado da França no Amapá, *Prefecture de la Guyane*², Prefeitura de Oiapoque e Saint-Georges. Foram pesquisados inúmeros acordos, atas, atos internacionais e regimentos que pudessem nos subsidiar sobre a atuação de cada agente institucional no contexto de cooperação transfronteiriça.

² Órgão da instituição que representa o poder central francês dentro do departamento ultramarino, ligado ao ministério de ultramar da presidência da republica francesa.

Para a avaliação do nível de conhecimento, intervenção da população e participação dos agentes institucionais de Oiapoque. Realizamos entrevistas em viagem de campo (2010) aos órgãos federais ICMBIO, Polícia Federal, Receita Federal, ANVISA, FUNASA, FUNAI, IBAMA, prefeitura de Oiapoque, organizações da cidade civil e população local.

A partir destas observações surgiram duas inquietações: a primeira no campo teórico com o contato aos temas sobre paradiplomacia, governança internacional e cooperação descentralizada³. A segunda refere-se ao desafio das instituições do Amapá e Guiana Francesa na coesão de temas comuns, tendo em vista ser o Amapá um estado longe dos centros de decisões e considerado diversas vezes periférico e a Guiana por sua vez mesmo sendo ultra periferia à União Europeia tem em sua essência institucional as normas e legislações deste bloco econômico.

A análise do tema das relações diplomáticas locais sob o prisma da antropologia, leva em consideração as importantes contribuições para a reflexão das relações internacionais, os novos desafios contemporâneos que a antropologia traz. A Antropologia e as Relações Internacionais são áreas recentes em comparação aos demais temas em ciências sociais, e foi principalmente organizada institucionalmente no início do século XX. Os conceitos de cultura e diversidade são considerados centrais na compreensão dos objetos sujeitos de estudo e na construção do conhecimento antropológico, pois são eles que circunscrevem as problemáticas no âmbito da Antropologia, bem como caracterizam sua abordagem. Esses conceitos, por sua vez, são eles mesmos objetos de reflexão dos antropólogos, pois uma das perspectivas mais significativas da área é a percepção do sentido social e, portanto, cultural – do conhecimento, e do papel central do homem nesse processo. Deste modo, a Antropologia se insere em uma categorização moderna das ciências, na qual o conhecimento é construído pelo homem e, por conseguinte, possui suas dimensões históricas, permitindo ao pesquisador questionar-se acerca de sua natureza, objetividade, neutralidade e relação sujeito-objeto.

³ A cooperação descentralizada é uma modalidade de cooperação realizada entre municípios e que vem gradativamente ganhando espaço no campo das relações internacionais. No entanto, surgem diversas controvérsias desta modalidade de cooperação devido às discussões a respeito de soberania.

Entre os principais desafios para a construção do nosso referencial teórico constitui-se, principalmente, na aparente escassez de bibliografias com o viés antropológico que se debruçam sobre os temas de relações internacionais, diplomacia ou paradiplomacia. Neste sentido, as reflexões de Gabriel Omar Alvarez trazem uma importante ferramenta de análise sobre a etnografia dos rituais políticos, entre eles a diplomacia na busca da implantação do bloco econômico do MERCOSUL. Além desse, o trabalho da professora Renata Curcio nos traz uma importante contribuição para as reflexões sobre a etnografia das instituições e as redes de relações que são formadas para a implantação dos projetos de cooperação para o desenvolvimento.

A pesquisa de campo foi realizada nos anos de 2010 e 2011 em Brasília, Macapá e Oiapoque – AP e na parte guianense em Saint-Georges, Caiena e Kourou. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, observações e conversas informais na prefeitura de Oiapoque, Agência de Desenvolvimento do Amapá - ADAP, consulado geral do Brasil em Caiena, Conselho Regional e Geral da Guiana, Embaixada da França no Brasil, Ministério das Relações Exteriores entre outros. O que nos possibilitou a participação em eventos: reuniões, seminários, debates, festas e visitas sociais visando o registro dos diálogos voltados à cooperação transfronteiriça.

Para o registro das atividades parlamentares, participamos de duas sessões parlamentares: a primeira foi da criação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa do Estado- CREDE e da sessão extraordinária voltada às questões de migração clandestina e exploração ilegal de minérios. Este contato com os membros da comissão nos possibilitou conhecer a jornada de trabalho dos seus membros e ter acesso as iniciativas no âmbito legislativo dos parlamentares nos diversos níveis federais e estaduais do estado do Amapá e da Guiana Francesa tendo como fio condutor os projetos em comum para a região fronteiriça.

Sobre as reuniões, procuramos analisar através da observação, focada na dinâmica dos diálogos de negociação entre os agentes institucionais ou não locais e nacionais de ambas as regiões. De forma ilustrativa, buscamos mostrar no terceiro capítulo a dinâmica e o caráter simbólico presente nas reuniões da Comissão Mista Transfronteiriça- CMT, principal momento de monitoramento e

acompanhamento dos projetos de cooperação entre Amapá e Guiana Francesa.

Para uma observação da percepção dos moradores de Oiapoque e Saint-Georges sobre as relações diplomáticas voltadas à fronteira foi realizada *in lócus* a estas duas cidades durante o mês de junho de 2009 e outras “passagens” rumo à Guiana Francesa para participação em eventos e reuniões. A metodologia de coleta de dados durante o trabalho de campo foi: a observação participante, entrevistas semiestruturadas aos prefeitos de Oiapoque e Saint-Georges, cónsules, empresários e catraieiros.

As observações foram realizadas, principalmente, na praça central das duas cidades, ladeadas de restaurantes e bares, onde se constitui como pontos de encontros para moradores e turistas. Na cidade de Oiapoque, a beira rio, as avenidas Barão do Rio Branco, Joaquim Nabuco e do lado guianense a orla com o restaurante e os dois únicos mercados da cidade denominados pelos brasileiros de *chinois*⁴ concentram um importante centro comercial e com intensa circulação de pessoas.

A rota que liga Macapá a Caiena constitui-se em um importante instrumento de observação, pois nos possibilitou visualizar as condições de três projetos estruturantes de integração regional, instrumentalizados via diplomática sejam eles: a BR 156 que liga Macapá a Oiapoque onde dos seus 600 km, resta 142 km até o momento em fase de conclusão. As rodovias transguianenses RN1 e RN2 que liga Saint-Georges até a cidade de Caiena com aproximadamente 600 km totalmente concluído.

Além do transporte rodoviário, podemos conhecer mais de perto o transporte através de catraias⁵, realizado para transportar as pessoas de Oiapoque até Saint-Georges – Guiana Francesa, entrevistar os catraieiros que tem um ponto na orla de Oiapoque e de Saint-georges, ali eles abordam as pessoas e já negociam preços e horários, pode-se encontrar junto dos

⁴Chinois, tradução de chineses em francês como os brasileiros chamam, os chineses constituem a maior parcela do comércio atacadista da Guiana, principalmente através de uma rede de supermercados de pequeno porte chamados *8 huitte*. Nestes lugares encontramos um movimento frequente de brasileiros.

⁵ As catraias são o principal meio de transporte entre Oiapoque e Saint-georges através do Rio que possui o nome deste primeiro. Os catraieiros são em sua maioria brasileiros, homens que moram em Oiapoque e passam praticamente 24 horas transportando turistas e habitantes das duas cidades. Há uma grande expectativa no aspecto diplomático no que será realizado com esses trabalhos após a abertura da ponte binacional.

catraieiros pessoas realizando “câmbio”, ou seja, efetuando troca de real por euro e vice-versa.

Para os registros sobre as condições das rodovias nos possibilitaram a visita a ponte sobre o Rio Oiapoque, aos canteiros de obra das futuras instalações dos postos de fronteira de ambos os lados. Onde podemos verificar que a obra do lado brasileiro ainda esbarra em muitos entraves e encontra-se em fase de efetivação. Do lado Frances as obras da ponte e postos de fronteira já foram efetivadas e já conta com diversos funcionários recrutados pelo Estado Frances.

O trabalho de campo nos proporcionou conhecer mais de perto o cotidiano dos brasileiros que seguem todos os dias para a Guiana Francesa e os que nela habitam ou trabalham. Nas inúmeras conversas informais dentro do ônibus de Macapá a Oiapoque e/ou nas *navettes*⁶ no trecho Saint-Georges-Caiena, coletamos relatos sobre a história de migrantes brasileiros, as condições de vida e as estratégias adotadas para a entrada na Guiana.

Esta dissertação está estruturada em três capítulos. No primeiro tem-se uma discussão sobre globalização, regionalismo e Estado – Nação fenômenos que vêm alavancado as ações de cooperação por entes subnacionais e a integração de blocos econômicos regionais, tais como MERCOSUL e União Européia.

O segundo capítulo apresenta-se um breve histórico sobre as negociações entre Portugal e França e posteriormente Brasil e França pela disputa da região conhecida como Contestado Franco- Brasileiro. Partindo dessa análise, considera-se o declínio das potências ibéricas e a ascensão de potências como a Inglaterra, França e Holanda, o que provocou um acirramento da competição colonial e, conseqüentemente, um clima de tensão nas relações diplomáticas entre Portugal e França no que se refere à demarcação do limite entre a Capitania do Cabo Norte e a Guiana Francesa.

Finalmente, no terceiro capítulo, concentra-se diretamente naquilo que suscitamos como objetivo principal deste trabalho: análise da cooperação transfronteiriças Amapá - Guiana francesa, realizadas a partir de ações

⁶Navettes- são as vans que realizam o transporte entre Saint-Georges e Caiena e são cotidianamente chamadas por esta expressão pelos brasileiros que realizam esta rota.

diplomáticas regionais ou as chamadas *paradiplomacia*⁷ expressada na arena de negociação realizadas nas Reuniões da Comissão Mista Transfronteiriça. Ao final, o resultado destas negociações, materializados em projetos de cooperação transfronteiriça, onde buscamos analisar sua gênese e estado atual.

⁷ Paradiplomacia- expressão conhecida no campo das relações internacionais, proveniente dos estudos de SOLDADOS E DUCHAREK dado as relações diplomáticas informais estabelecidas pelas unidades subnacionais dos estados nacionais.

CAPITULO I – ESTADO NACIONAL E GOVERNANÇA EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO

1.1 O ESTADO MODERNO

Atualmente muito se fala sobre uma crise ou fim do Estado-nação, a partir do fenômeno da globalização e das transformações na base do Estado, que é a soberania. Contudo, para chegar à horizontalidade das discussões contemporâneas, entendemos ser necessário realizar um breve percurso de formação do que se passou a se denominar Estado moderno, assim como contextualizar algumas discussões teóricas sobre concepções de Estado.

Segundo a periodização realizada por Fonte e Rufí (2006), o Estado existiu desde a antiguidade clássica. No entanto a configuração de um Estado em bases modernas deriva das transformações do regime feudal para o mercantilismo, nos séculos XIII e XIV, o que significa dizer que o Estado moderno ocidental tem seu desenvolvimento, enquanto instituição, vinculado à formação do sistema capitalista. Ainda segundo os autores referidos, isso só foi possível por meio de uma aliança – aparentemente contraditória – entre a burguesia mercantil e a aristocracia. Enquanto aquela tem interesse em eliminar barreiras comerciais, a aristocracia “*procura romper com a fragmentação política e territorial medieval*” (FONTE e RUFÍ, 2006: 96).

Naquilo que se refere ao processo de consolidação do Estado moderno como instituição burocrática no Ocidente, destaca-se três eventos significativos, quais sejam: a consolidação do capitalismo enquanto sistema mundial, a Revolução Francesa que promoveu a consolidação política do Estado moderno, e a Revolução Industrial, a qual proporcionou a face produtiva e consolidou as bases da empresa capitalista. Segundo os autores citados, esse tipo de Estado vai adquirindo novos contornos no século seguinte:

Este Estado moderno vai se consolidando e crescendo ao longo do século XIX. (...) assume cada vez mais funções, tanto culturais como econômicas ou políticas. As estruturas institucionais e pessoais de que são dotadas, vão tecendo uma rede espessa que implica reorganização territorial [...] capaz de chegar a qualquer território como único poder legítimo, quase natural (FONTE e RUFÍ, 2006: 98).

Ao abordar a formação do Estado moderno, Max Weber demonstra que apenas no Ocidente foi possível a constituição de um Estado racional moderno, o qual está intimamente ligado ao desenvolvimento do sistema capitalista. Diz ele:

[...]historicamente o 'progresso' em direção ao Estado burocrático, que sentencia e administra na base de um direito racionalmente estatuído e de regulamentos racionalmente concebidos, encontra-se em conexão muito íntima com o desenvolvimento capitalista moderno (WEBER, 1999: 530).

Outros aspectos que caracterizam esse modelo de Estado desenvolvido no Ocidente, segundo Weber, são: a racionalização dos instrumentos que permitem a sua regulamentação e funcionamento como instituição burocrática, a constituição de um corpo de funcionários especializado e o uso do poder estatal através da coação. Segundo ele, a coação não é o único meio do Estado, mas o especifica. Para ele, toda organização de dominação que exige uma administração contínua requer a atitude de obediência humana, e é isto que faz o Estado moderno funcionar racionalmente e como mecanismo de regulação e desenvolvimento do capitalismo ocidental (WEBER, 1999).

Enquanto Weber destaca o caráter institucional do Estado moderno, a partir da racionalização de um sistema burocrático de condução e controle da sociedade, a teoria marxista concebe o Estado moderno como mediador dos interesses capitalistas e, neste sentido, torna-se um Estado capitalista. Deste modo, trata-se de uma instituição relacionada às relações de poder de classes na sociedade moderna e legitimado pelo sistema jurídico:

“O sistema jurídico moderno, distinto da regulamentação feudal baseada nos *privilégios*, reveste um caráter 'normativo', expresso em um conjunto de leis sistematizadas a partir dos princípios da liberdade e igualdade: é o reino da 'lei'. A igualdade e a liberdade dos indivíduos-cidadãos residem na sua relação com as leis abstratas e formais, as quais são tidas como enunciando essa vontade geral no interior de um 'Estado de direito'. O Estado capitalista moderno apresenta-se, assim, como encarnando o interesse geral de toda a sociedade como substancializando a vontade desses 'corpo político' que seria a 'nação'” (POULANTZAS, 1986: 119).

A abordagem marxista, levada a efeito por Poulantzas, coloca em destaque o aspecto ideológico em que se reveste uma suposta organização e funcionamento do Estado acima dos interesses de classes. Esta formulação tem inspiração na abordagem de Gramsci sobre o Estado e a construção da hegemonia de classes. Diz ele:

“O Estado capitalista, com direção hegemônica de classe, representa, não *diretamente* os interesses econômicos das classes dominantes, mas os seus *interesses* políticos: ele é o centro do poder político das classes dominantes na medida em que é o fator de organização de sua luta política” (POULANTZAS, 1986: 185).

Deste modo, quando se considera a expressão “poder do Estado”, deve-se ter em conta que a referência é ao poder de classe, tendo em vista que as instituições, quando estão relacionadas ao sistema de poder, este estar relacionado “às *classes sociais que detêm o poder*” (POULANTZAS, 1986).

Além do caráter de classe engendrado sobre a organização e funcionamento do Estado moderno, outros autores destacam novas concepções e funções que assume o Estado moderno enquanto instituição.

O geógrafo Joan Sanches sistematiza quatro concepções: Estado-nação, Estado-poder, Estado-território e Estado-administração (*apud* Font e Rufí, 2006); são concepções que estão ligadas diretamente a uma função central desse estado moderno, que é o exercício da soberania de seu território, e que estão sintetizadas nas seguintes atribuições, segundo Font e Rufí: manutenção da ordem de seu território, integridade e de governabilidade; relações com outros Estados, o que implica em uma política exterior; administração da economia interna, através do controle da moeda e das finanças. São funções que devem ser exercidas a partir do que se convencionou chamar de políticas de Estado. Na verdade, tais abordagens não esgotam a multiplicidade e complexidade das concepções e funcionamento do Estado nos últimos séculos, especialmente da segunda metade do século XX para o século XXI.

1.2 GLOBALIZAÇÃO E CRISE DO ESTADO

A expansão do sistema capitalista mundial, constituindo uma nova configuração desse sistema, a dinâmica da economia criando uma rede mundial, as relações entre as nações, a formação de blocos políticos e econômicos, o avanço das tecnologias e a dinâmica das relações sociais que conectam as pessoas no mundo, alterando as formas de vida, têm possibilitado um novo momento na civilização mundial, identificado pelo termo *globalização*.

As conexões mundiais e os fluxos constantes de mercadorias, dinheiro e pessoas pelo mundo têm proporcionado uma rediscussão do papel do Estado, mas que muitos autores identificam como sendo uma verdadeira crise do Estado-nação, a partir de um elemento que o caracteriza: a soberania. Chega-se a afirmar que a nova ordem mundial pode ser o fim do Estado nacional (BAUMAN, 1999; NOVAES, 2003; FONTE e RUFÍ, 2006).

Para Giddens, globalização é “*a intensificação de relações sociais mundiais que unem localidades distantes de tal modo que os acontecimentos locais são condicionados por eventos que acontecem a muitas milhas de distância e vice versa*” (apud SANTOS, 2002). Tal conceito está diretamente vinculado à idéia de que a modernidade traria como consequência o encurtamento do espaço-tempo e, neste sentido, a globalização seria um fenômeno que aprofundaria ainda mais essa perspectiva de aceleração do tempo, a partir da formação de uma comunidade mundial, onde o Estado-nação perderia sentido. A globalização traria, portanto, uma crise e certa “*desordem mundial*”, como indica Bauman:

A imagem da desordem global reflete, antes, a nova consciência (facilitada, mas não necessariamente causada pela morte súbita da política de blocos) da natureza essencialmente elementar e contingente das coisas que anteriormente pareciam tão firmemente controladas ou pelo menos ‘tecnicamente controláveis’ (BAUMAN, 1999: 65).

O autor faz uma abordagem da globalização, mostrando que se trata de um fenômeno que avança sobre as certezas da modernidade, criando uma crise na idéia da certeza e da totalidade e que era representado, sobretudo pela forma mundial configurada com a guerra fria. Ressalta assim que, ninguém está mais no controle, e as coisas tornaram-se indeterminadas. Em suas palavras:

O significado mais profundo transmitido pela idéia da globalização é o do caráter indeterminado, indisciplinado e de autopropulsão dos assuntos mundiais; a ausência de um centro, de um painel de controle, de uma comissão diretora, de um gabinete administrativo (BAUMAN, 1999: 67).

Bauman se refere especificamente às promessas contidas na idéia de progresso na formação de uma civilização mundial, na qual o Estado moderno tomava conta de um território específico. Para ele, o que restou foram as consequências da globalização e não a universalização mundial dos benefícios prometidos pela modernidade. Como consequência, um novo rearranjo dos territórios e dos Estados nacionais tem sido constituído nos últimos tempos.

1.3 ESTADO NACIONAL E GOVERNANÇA MUNDIAL

Continuando a análise de Bauman sobre os estragos causados pela globalização, ele afirma que esta se impõe aos Estados de forma “autoritária”, pois os mesmos não possuem recursos financeiros e nem liberdade para suportar a pressão. Ele reforça o argumento citando o trecho de um artigo do Comandante Marcos:

No cabaré da globalização, o Estado passa por um *strip-tease* e no final do espetáculo é deixado apenas com as necessidades básicas: seu poder de repressão. Com sua base material destruída, sua soberania e independência anuladas, sua classe política apagada, a nação-estado torna-se um mero serviço de segurança para mega-empresas... Os novos senhores do mundo não têm necessidade de governar diretamente. Os governos nacionais são encarregados da tarefa de administrar os negócios em nome deles (apud BAUMAN, 1999: 74).

Com a organização planetária da economia, da política e das relações sociais, os territórios, enquanto unidades isoladas a partir da concepção de soberania resultante da geopolítica mundial derivada dos séculos XVIII e XIX têm mudado de perspectiva impulsionado, sobretudo pela dinâmica da economia e das comunicações. Com isso, novas configurações surgem no horizonte com base na associação de empresas, na formação de blocos econômicos e políticos e nas perspectivas de integração regionais. É nesse contexto que surge a noção de *trans* – transnacional, transfronteiriço – e uma nova política mundial que implica em uma espécie de governança. Isto emerge no contexto de valorização e redimensionamento das relações internacionais, onde as relações, associações e compartilhamento de poder tomam lugar.

Ao discutir as mudanças ocorridas no plano das relações internacionais, a partir de uma nova ordem mundial, James Rosenau faz uma distinção entre *governo* e *governança*. Segundo ele, enquanto governo é definido por “atividades sustentadas por uma autoridade”, governança:

[...] refere-se a atividades apoiadas em objetivos comuns, que podem ou não derivar de responsabilidades legais e formalmente prescritas e não dependem, necessariamente, do poder de polícia para que sejam aceitas e vençam resistências. Em outras palavras, *governança* é um fenômeno mais amplo do que *governo*; abrange as instituições governamentais, mas implica também mecanismos de informais, de caráter não-governamental, que fazem com que as pessoas e as organizações dentro da sua área de atuação tenham uma conduta determinada, satisfaçam suas necessidades e respondam às suas demandas (ROSENAU, 2000: 15-16).

O autor acrescenta o aspecto do entendimento que é necessário em uma política de governança. Os entendimentos são resultados de diálogos e apontam na direção de relações igualitárias e partilha de poder. Destacando os seguintes entendimentos como mecanismos para governança: a dispersão de poder entre os atores, as diferenças de hierarquia entre os mesmos, as regras que limitam a interação, as premissas que compartilham acerca da função que tem a força, a diplomacia, a cooperação e o conflito.

Uma característica fundamental da governança entre atores, especialmente nas relações internacionais, é o equilíbrio de poder. Tal equilíbrio deve ser resultado não do uso da força e sim do diálogo e de relações igualitárias no estabelecimento de processos de integração e formação de instituições representativas de um conjunto de Estados nacionais ou empresas. Este é um contexto vivido mundialmente após a segunda guerra mundial, com a necessidade de entendimentos sobre a paz, o equilíbrio de poder mundial, a ampliação das relações econômicas internacionais – com associação de empresas em diferentes países – e a circulação de pessoas, mercadorias e dinheiro entre os países (HOLSTI, 2000).

A governança e a integração internacional proporcionaram uma política mundial de relações internacionais entre os Estados nacionais, fato que proporcionou a emergência e legitimidade para as relações exteriores e um campo especializado de diálogo e negociação entre os países: a diplomacia.

A definição conceitual das relações diplomáticas locais, campo de estudo novo no âmbito das relações internacionais foi utilizado pela primeira vez no início dos anos 1980, por estudiosos como Panayotis Soldatos e Ivo Duchacek.

O neologismo paradiplomacia foi utilizado como sinônimo de microdiplomacia quando se discutia a relação regional e transfronteiriça entre entes federados⁸. Contudo, entendemos que este termo não diz respeito a uma diplomacia paralela, nem vai de encontro ao governo central, não é uma diplomacia desqualificada ou de segundo plano. Sendo que utilizaremos neste trabalho o termo paradiplomacia para designar a atuação dos Governos não Centrais. Ainda em Duchacek afirma que,

Se entendermos que negociações diplomáticas são processos pelos quais os governos relatam seus conflitos de interesses para suas contrapartes, não há, conceitualmente, diferenças reais entres os

⁸ Sobre este assunto ver mais em Vigevani, 2006 ;Keating, m.(1999) Lessa, j. v. (2007).

objetivos da paradiplomacia e da diplomacia tradicional: o objetivo fim é negociar e implementar um acordo baseado em condições mutuamente estabelecidas. Ambas as partes se comprometem a um determinado comportamento futuro com a condição de que a outra parte também aja de acordo com a promessa feita (DUCHACEK *apud* AGUIRRE, 1999:190, tradução nossa).

As relações internacionais e a busca constante de diálogo entre Estados nacionais, assim como entre empresas e a formação de complexos empresariais e econômicos, tornaram-se o mote de estabelecimentos de governanças mundiais e regionais entre os países. A emergência de tratados internacionais, agências de governança e equilíbrio de poder, como a ONU e outros organismos, assim como a formação mais recente de blocos políticos e econômicos regionais, tais como União Européia e o Mercado Comum Europeu, o NAFTA e o MERCOSUL, são exemplos de instâncias de integração e formação de instituições compartilhadas para discussões sobre políticas regionais e mundiais com vistas à integração, cooperação mútua, busca de eliminação de conflitos e equilíbrio de poder.

A formação de blocos econômicos regionais representa uma das estratégias do Estado, em função do acirramento da concorrência internacional e dos problemas enfrentados pelos países. Os grandes blocos constituem uma resposta dos Estados às dificuldades enfrentadas no mercado internacional.

Através de tratados internacionais e acordos diplomáticos, estão sendo gerados espaços políticos e institucionais que funcionam como alavancas para a integração dos mercados. Os Estados atualizam os territórios sobre os quais exercem soberania, a fim de integrá-los favoravelmente aos fluxos globais de mercadorias, capitais e informações. A integração econômica regional, ao que ocorre entre países fronteiriços, trouxe em seu bojo a discussão sobre fronteira e desta forma focaliza-se o conceito após a institucionalização de mercados regionais transnacionais que constituiu um espaço de cooperação e não mais de defesa.

De acordo com Celso Lafer (1994), o fenômeno da globalização insere na pauta de discussões dos países da América Latina alguns temas prioritários, tais como: preservação do meio ambiente, cooperação transfronteiriça, controle do tráfico de drogas, proteção às comunidades indígenas e movimentação de pessoas.

Para o adequado encaminhamento desses temas, o autor propõe a transformação da *fronteira de separação* para *fronteira de cooperação*. Em sua compreensão, fronteira de separação refere-se aos espaços vazios em regiões de difícil acesso, portanto, nesse caso, a fronteira perde gradativamente seu significado primordial como elemento divisório de soberania, incorporando as vantagens econômicas e sociais do mercado ampliado.

Nessa nova perspectiva, os Estados Nacionais necessitam de articulações diplomáticas em escala internacional ativas. Consideraremos o conceito de diplomacia formulada nas estratégias de governo e coordenação das atividades dos seus diplomatas espalhados pelo mundo, em função dos interesses da nação.

As transformações deste final de século incidem de modo decisivo sobre a organização política, econômica e social dos Estados nacionais, tendo em conta que provocam uma reorganização nas relações entre os focos tradicionais de poder no campo da política internacional.

De acordo com Magone (2006) o que tem sido um grande desafio com a globalização, aos estados-nação, simultaneamente permitiu a libertação de autoridades subnacionais. E proporcionou uma reestruturação das relações espaciais entre os centros nacionais e periferias criando novas oportunidades para as autoridades subnacionais. Um dos principais problemas da paradiplomacia, é que a sua combinação de formal de e elementos informais torna bastante difícil de entender.

No caso da cooperação entre o estado do Amapá e Guiana Francesa o autor define a modalidade de *Transborder paradiplomacia regional* que inclui contatos formais e informais, contatos entre regiões vizinhas através das fronteiras nacionais, o que chamamos aqui como a cooperação transfronteiriça;

1.3.1 A Cooperação Transfronteiriça Franco-Brasileira - CT

O Comitê das Regiões da União Europeia define a cooperação transfronteiriça em cooperação bilateral, trilateral ou multilateral entre autarquias locais e regionais (podendo ainda envolver atores da esfera semi-pública ou privada) de regiões limítrofes, ou separadas por mar (...) e que tem por principal objetivo a integração de regiões separadas por fronteiras

nacionais que enfrentam problemas comuns e que carecem de soluções comuns (CE, 2003). Esta entidade aponta os principais fatores que tendem a promover ou travar essa modalidade de cooperação. (Quadro 3).

QUADRO 1: Principais aspectos de promoção e entraves da Cooperação Transfronteiriça.

Promoção	Entraves
1. Longa tradição e experiência de cooperação transfronteiriça	Limitações jurídicas impostas por legislação nacional e comunitária
2. Confiança mútua e colaboração recíproca, assentadas nos princípios da	Diferenças em termos de estruturas e competências dos diversos níveis administrativos dos dois lados da fronteira
3. Parceria e da subsidiariedade	Falta de vontade política, especialmente a nível nacional para remover obstáculos existentes por via de nova legislação ou de acordos bilaterais.
4. Existência de estruturas comuns adequadas à cooperação entre autarquias locais e regionais em nível de estratégias e programas;	Experiência limitada das autarquias locais ou regionais no desenvolvimento e gestão de programas
5. Existência de um modelo de desenvolvimento ou de um programa transfronteiriço.	
6. Disponibilidade de suficientes recursos financeiros	
	Problemas na sintonização dos diversos fluxos de recursos financeiros Diferenças culturais e existência de barreiras linguísticas

Fonte: (CE, 2003) adaptado.

A longa tradição e experiência de cooperação transfronteiriça, assentadas nos princípios da parceria e da subsidiariedade tem sido fundamentais para a promoção do avanço entre os estados parceiros, no entanto ainda precisamos avançar para rompermos entreves como: um modelo de desenvolvimento ou de um programa transfronteiriço, disponibilidade de suficientes recursos financeiros, limitações jurídicas impostas por legislações nacionais e comunitárias, diferenças em termos de estruturas e competências dos diversos níveis administrativos, falta de vontade política, especialmente em

nível nacional para remover os obstáculos existentes por via de nova legislação ou de acordos bilaterais, experiência limitada das autarquias locais ou regionais no desenvolvimento e gestão de programa, diferenças culturais e existência de barreiras linguística, problemas na sintonização dos diversos fluxos de recursos financeiros, legislação a nível comunitário, inadequada à realidade.

A cooperação transfronteiriça Franco-Brasileira encontra-se em um estágio de consolidação, um estágio de protocooperação, tendo em vista as poucas iniciativas. Elas são iniciativas, principalmente de cooperação técnica que segundo a Agência Brasileira de Cooperação, consiste no trabalho em comum entre instituições, constituído de um conjunto de atividades que visam à transferência, a absorção e o desenvolvimento de conhecimentos específicos por meio da utilização de consultoria especializada; formação e treinamento de recursos humanos necessária à realização dos trabalhos previstos, abrangendo a locação de equipamentos, de material bibliográfico e de aparelhos e instrumentos de laboratório.

CAPÍTULO 2 – BREVE HISTÓRICO DA FRONTEIRA: AS NEGOCIAÇÕES DIPLOMÁTICAS ATÉ OS TRATADOS TERRITORIAIS

As relações entre as unidades nacionais na fronteira do Cabo Norte, especialmente entre Amapá e Guiana Francesa foram marcadas por conflitos e negociações vivenciadas em três fases. A primeira, no momento de colonização e a busca de novos territórios entre Portugal e França. O que mobilizou o conflito sobre a região do contestado e a resolução com a assinatura do Laudo Arbitral Suíço de 1900.

A segunda fase vem a partir da segunda metade do século XX, onde tomaremos como ponto de partida o ano de 1964, pela forte presença da imigração brasileira rumo a Guiana Francesa. E finalmente, a terceira fase após anos de “apatia” entre os dois estados-nacionais vê-se a retomada dessas relações bilaterais com a formalização através da assinatura do Acordo-Quadro de Cooperação Brasil-França em maio de 1996. Chamamos a atenção para este acordo, pois é institucionalizada a Comissão Mista Transfronteiriça-CMT e marca a entrada nas discussões diplomáticas Brasil e França dos atores locais.

Para isso desenvolveremos um breve relato histórico através dos principais eventos envolvendo a região fronteira tendo como pano de fundo o cenário das relações diplomáticas na escala nacional, local e internacional que darão novas nuances a região.

2.1 Primeira Fase: entre negociações e conflitos até a demarcação das terras do Cabo Norte.

O Tratado de Tordesilhas de 1494 é o primeiro ato institucional de demarcação territorial referente à América do Sul. Consistia na divisão do novo mundo a ser colonizado, dividindo parte das terras da América às duas nações ibéricas entre as coroas de Portugal e Espanha. Para Bicalho (1999) a conquista da América para os portugueses significou não só o expansionismo de novos territórios, mas a abertura de novas fronteiras mentais e a conquista por novos territórios, impulsionados pelos ideais iluministas.

Contudo durante todo o século XVIII, Portugal e Espanha lançaram seus estudiosos (matemáticos e cartógrafos) para atuarem na demarcação dos limites estabelecidos no tratado de Madri. Neste momento, aplicando também

para a Amazônia, esta em particular, foi alvo de expedições politico-administrativas, científicas e econômicas, movimentados pelo interesse ao exotismo criado nas nações européias pelos primeiros navegantes. Para Godim (2007) as representações sobre a região Amazônica, estavam relacionadas aos mitos e histórias fantásticas contadas pelos primeiros navegantes e a ideia de Eldorado difundiu pela Europa, principalmente ligadas a imensa riqueza natural.

A fundação da cidade de Belém em 1616 e do Forte do Presépio, no primeiro período de colonização portuguesa no vale amazônico, corroboraram na atuação dos portugueses pelo maior controle dessas terras, com o objetivo de garantir a homogeneidade do território e o controle da região. Anteriormente a esse período, holandeses e espanhóis já haviam tentado se instalar na região sem sucesso, sendo expulsos na época pelos portugueses que conseguiram se estabelecer sem concorrência (CARDOSO, 2008; PRADO JUNIOR, 1997).

No caso da região que atualmente está instalada o Amapá para garantir a atuação dos portugueses foi construída a Fortaleza de São José de Macapá com o intuito de defender a margem esquerda do Rio Amazonas onde estava nascendo a Vila de São José de Macapá. Além desta, foram construídas outras fortificações militares como os fortes de Maiacari, em 1776 e a Araguari, e o mais antigo o Forte Cumaú.

A construção da cidade trouxe diversos religiosos à região, em particular, jesuítas e carmelitas, que foram estratégicos para o processo de colonização, pois abriram caminho para o avanço do colono europeu desde o alto Amazonas até o Orinoco (BICALHO, 1999).

A ocupação da Amazônia, neste período esta diretamente relacionada à produção agrícola da região. A utilização da mão-de-obra escrava-indígena, reforçada pelo trabalho de domesticação das missões jesuíticas, realizadas até o século XVIII, faziam parte desse processo e que deu lugar à inserção da administração pública portuguesa PRADO, JUNIOR (1996).

Já nos últimos anos do século XIX com as mudanças no Brasil colonial que vieram com a abolição da escravatura, a transferência do centro econômico do nordeste para o Sudeste, a decadência do Império Português e a proclamação da República marcam todo o contexto de redefinição da fronteira norte.

A disputa pelos domínios dos territórios na região deve-se, principalmente, a três fatores: I) ampliação dos domínios de terras na América do Sul, II) a luta pelo controle da navegação do Rio Amazonas; e III) a descoberta de jazidas de ouro em diversas áreas da fronteira, especialmente na região de Calçoene. Meira (1975) relata uma acelerada disputa pelo território onde o ouro era abundante, o que impulsionou a França, a realizar os domínios das terras da Guiana Francesa e conseqüente reivindicação das terras do pertencente ao atual Estado do Amapá. Este episódio na história da região foi conhecido como Contestado Franco-Brasileiro e marcou conflitos, litígios e discussões acerca dos limites das terras entre Portugal e França, definidos anteriormente pelo tratado de Utrecht, assinado em 1763.

Para Francinete Cardoso, a luta pelo território colocava em jogo, principalmente a construção da Nação brasileira e suas bases sobre as representações do território e da natureza, fundamentais para a definição dos limites e fronteiras nacionais. Diz a autora,

compreende-se que, ao final deste processo, existe, de fato, uma naturalização da construção da fronteira, bem como dos limites territoriais como algo baseado primordialmente em questões físico-geográficas e, portanto, incontestável (CARDOSO, 2008).

Naturalmente, que a luta pelo controle dessa extensão do território do Cabo Norte representava muito além do que um meio físico natural, em razão de seu potencial de poder político e econômico.

Por outro lado a Guiana Francesa foi conquistada pela França no século XII, com finalidade política, econômica e religiosa (MAM LAM FOUCK, 2002). Passado o período colonial, em 1946 a Guiana Francesa foi definida como Departamento Ultramarino da França e, mais tarde, como um território vinculado à fronteira Ultraperiférica da União Europeia (CLEVER, 2007).

Desejosos de ampliar seus territórios, Portugal e França começam uma intensa corrida mercantilista com inúmeras investidas de colonização das terras do Cabo Norte. Desde o século XVII, Portugal e França e mais tarde Brasil e França disputavam essas terras, situada entre a foz do Rio Araguari até o Rio Oiapoque.

Os franceses se instalam em 1776 e fundaram a companhia da Guiana Francesa. A França contestou a posse portuguesa do Cabo Norte mais

efetivamente depois que se estabeleceu com mais segurança em Caiena e após uma disputa com os holandeses por volta de 1676, que por sua vez se instalam na Guiana.

Em 1633, o Cardeal Richelieu criou “a Companhia do Cabo Norte” visando à exploração dos Rios Amazonas e Orenoco e em 14 de junho de 1637, Felipe IV, o rei da Espanha e Portugal, concedeu à Bento Maciel Parente e seus herdeiros, compreendendo as terras do cabo norte “com os rios que dentro delas inexistissem e ilhas que se encontrassem até o rio Vincent Pinzón ou Oiapoque, como era geralmente conhecido pelos portugueses e espanhóis”. A Companhia do Cabo Norte não permitiu que os franceses atingissem seus objetivos quando sonhavam em ampliar a França equinocial.

O primeiro conflito entre Brasil e França diz respeito à contestação por parte dos franceses sobre os limites da fronteira, sugerindo o deslocamento para outro rio, o Rio Araguari em vez do Oiapoque, balizados pelo Tratado de Utrecht, assinado em 1713, o qual definia: “*A navegação do Amazonas como de seus afluentes, pertencera a Portugal e o rio Oiapoque ou Vincent Pinzón, servira de limites as duas colônias*” (MEIRA, 1989 p. 59).

Figura 1: Mapa geral da Guiana: representação do contestado Franco-Brasileiro



Fonte: CARREDA, 1990 ; D'HALTEFFEUILLE, 2012.

Inúmeros episódios se desenrolaram desde o século XVI até o século XIX com o objetivo de invasões na região. Em 1836, o governador da Guiana, nos termos do tratado de Amiens resolve invadir a região do Amapá até o rio Araguari. O governo francês tenta reavivar a velha questão dos limites, muito embora os direitos do Brasil estivessem claramente expressos com o tratado de Utrecht. Só com a desocupação da área pelos franceses poderia ter um desfecho pacífico pela parte brasileira. Finalmente em 1841, acerta-se a neutralização do território contestado que permitia a livre circulação de franceses e brasileiros.

Entre negociações e indefinições a França continuava contestando a demarcação da fronteira, discutindo sobre o Rio Araguari, sobre o Rio Carapaporis, Rio Cassiporé, Araguari ou Calçoene. A essa altura, os franceses que habitavam a região em 1885, orientados por Jules Gros fundam a república do Cunani, região entre o rio Oiapoque e Rio Araguari indo até o rio Branco ao sul do platô das guianas. Dando o nome de *Republique de la Guyane Indépendente*, tinham bandeira, moeda e estrutura administrativa própria. Desta forma, segundo Meira (1989), a região abandonada de outrora desperta atenção do Mundo.

A repercussão das jazidas de ouro chega a Paris. A Guiana passa de uma região de apenas degredados condenados para ter a atenção da metrópole às zonas auríferas e começa a ser um importante entreposto comercial de apoio na América do Sul. O ouro constitui-se o ponto nevrálgico dos conflitos pela região contestada e das inúmeras investidas diplomáticas entre Portugal e França e mais tarde Brasil e França.

A zona contestada abrangia uma área de 260.000 km², região onde predominava as zonas auríferas. Esta área foi explorada por muitos anos por franceses (guianenses), brasileiros e despertando a ambição de inúmeros exploradores em busca de ouro. As divergências eram mantidas pelos governos de Caiena e de Belém.

O melhor conhecimento do território e a ideia de Brasil foram-se ampliando e o território imaginado foi adquirindo forma vagamente parecida com a atual. A posse do vastíssimo delta amazônico fez compreender aos portugueses quanto seria precária a soberania viesse a cair totalmente em mãos dos espanhóis ou franceses. Tendo como base a ideia de progresso, foi

nomeado Francisco Xavier de Mendonca Furtado para governador e capitão-geral do Grão-Pará por decisão administrativa de seu próprio irmão Marques de Pombal, tendo como objetivo a política e a prática de controle para a Amazônia, e conseqüentemente para a Vila de Macapá. E assim, através de um dispositivo legal por ordem do rei D. Joao V de 1752, distribuiu colonos pelas vilas do Grão Pará.

Com a proclamação da República o que movia agora os brasileiros da região do contestado era o aspecto financeiro, mas também o patriotismo. A história nos mostra um importante personagem símbolo deste sentimento, Francisco Xavier da Veiga Cabral, o Cabralzinho. Cabral já era um nome conhecido pela sua participação ativa nos movimentos políticos. Nos dois primeiros anos que permaneceu na vila de Macapá, em 1895, o governador da Guiana passou a pedir autorização para interferência no contestado para o ministro das colônias em Paris, pois Cabral havia se tornado governador da vila de Macapá, pertencia ao Triunvirato, espécie de comissão, e institui uma legislação que permitia a exploração do leito do Calçoene apenas com a sua ordem.

Na esteira dos acontecimentos, instaura-se um verdadeiro estado de guerra criado pelos conflitos armados na região que obrigava medidas mais enérgicas para a resolução dos conflitos na região, e os dois governos decidem neutralizar a região até a resolução, através da arbitragem.

Franceses, holandeses e portugueses, no projeto do avanço imperialista foram ao longo do tempo assinando inúmeros tratados, resultado de negociações diplomáticas e que marcam a tentativa de definição da linha exata que demarcasse os limites da fronteira no Extremo Norte do Brasil. A demarcação apenas é concluída em 01 de dezembro de 1900, através de um instrumento denominado de Laudo Arbitral Suíço, orquestrado pelo diplomata Barão do Rio Branco, fundamentado através de estudos realizados na região. O diplomata procurou embasar sua defesa na declaração de que o Rio Oiapoque era mesmo o Vicente Pinzón, referido na Cláusula oitava do tratado de Utrecht de 1713, divergindo de algumas autoridades francesas que afirmaram ser o rio Vicente Pinzón o próprio rio Amazonas (REIS, 1949; SANTOS, 2001; BRITO, 2005; D'HALTEFFEUILLE, 2012). Desta forma, a defesa do lado brasileiro foi mais contundente, sendo a sentença favorável ao

Brasil definidas no laudo de Berna, definindo os territórios da Guiana Francesa, tal como conhecemos atualmente e o Amapá associado ao Grão-Pará.

Quadro 2 - Principais tratados para a definição dos limites entre Brasil e França anteriores ao Arbitramento de 1900.

DATA	NOME/PRINCIPAIS INTERLOCUTORES	OBJETIVOS
1700	Tratado de Lisboa/ Portugal e França	Neutraliza as terras do Rio Amazonas até o Rio Oiapoque
1713	Tratado de Utrecht/Portugal e França	Fixa os limites da fronteira no Rio Oiapoque ou Vincent Pinzón.
1797	Tratado de Paris (Portugal/ França)	Fixa os limites da fronteira no Rio Calçoene.
1801	Tratado de Badajós (Portugal/ França/Espanha)	A fronteira fixada sobre o rio Araguari.
1801	Tratado de Madrid (Portugal/ França)	A Fronteira é fixada no Rio Carapanatuba.
1802	Tratado de Amiens (multilateral sem Portugal)	A fronteira é fixada no Rio Araguari do cabo norte até Rio Branco.
1810	Tratado do Rio de Janeiro (Inglaterra/Portugal)	A fronteira é fixada no Rio Oiapoque de acordo com o Tratado de Utrecht.
1815	Tratado de Viena (multilateral)	Depois da invasão portuguesa a Guiana francesa a coroa portuguesa/Brasil se compromete devolver a Guiana Francesa a França e define os limites no Rio Oiapoque até 1817.
1817	Convenção de Paris (Portugal/ França)	
1900	Tratado de Berne (Brasil/ France)	A fronteira é definitivamente fixada no Rio Oiapoque.

Fonte: MEIRA, 1989; D'halteffeulle, 2012.

2.2 - Segunda Fase: a Migração de brasileira para a Guiana Francesa.

O Brasil possui uma grande extensão de terras que faz fronteira com outros países da América do Sul, sendo que uma parte dessa extensão situa-se ao norte do país. Fazem parte dessa região, além do Brasil, Colômbia e Peru, Venezuela, Bolívia, Guiana, Suriname e Guiana Francesa. A Fronteira com a região do Platô das Guianas é de 2.929 km, sendo que o espaço de fronteira entre o estado do Amapá, do lado brasileiro, e a Guiana Francesa, pelo lado francês, é de 655 km. Para Silva & Vieira (2013) a grande extensão de fronteira na região norte, comumente identificada pela mega região como Amazônia, tem sido historicamente concebida de forma ambígua pelo poder central do Brasil: por um lado, trata-se de uma região projetada como estratégica do ponto de vista territorial e ambiental – especialmente por sua biodiversidade; por outro é a região em que as populações regionais são colocadas à margem das grandes decisões nacionais e ausentes das políticas de desenvolvimento nacional. Por isso, a ação do estado historicamente

voltada à região tem sido gestada no campo militar, a partir de uma ideologia de segurança nacional e da ocupação das áreas de fronteiras, como base no velho slogan “integrar para não entregar”. Além disso, desde o início do século XX, inicialmente com a missão do Marechal Rondon, durante os regimes militares a idéia de fronteira como lócus de ocupação militar e de segurança nacional foram basilares da política do Estado brasileiro para a região (DURBENS, 2008, PORTO, 2009). No âmbito desta política foram implementados os projetos de colonização e de consolidação da presença militar na região, tais como: o Calha Norte, o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM) e o Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM).

Aliados a isso, o fluxo de brasileiros na década de 1960 e mais tarde na década 1980 demarcam oficialmente dois períodos importantes para a análise, a primeira diz respeito à construção da Base Espacial de Kourou⁹, advindos dos projetos de desenvolvimento da Guiana Francesa com a construção de uma infraestrutura para a região, os principais destacam-se: a construção da ponte de 400 metros sobre o rio Kourou que liga a cidade do mesmo nome até a capital Caiena, a ampliação na estrutura física do aeroporto de Rouchambeau a fim de receber aviões de carga, ampliação do porto de Caiena (Larivot) e mais tarde a construção do porto de Dégrad-de-Cannes sobre o rio Mahury e a criação de uma vila moderna destinadas aos profissionais do Centro Espacial de Kourou. Também do lado brasileiro na década 1970 e 80 pelo grande momento de recessão econômica, enfrentadas pelo Brasil (AROUCK, 2000; PINTO, 2008).

Do ponto de vista dos brasileiros, a migração para a Guiana Francesa se deu principalmente em busca de trabalho e de ouro nos garimpos. Os aspectos econômicos e a procura por melhores condições de vida, tendo em vista o valor da moeda francesa (franco) ser uma moeda mais valorizada economicamente que a brasileira, foi uma das principais situações facilitadoras do grande fluxo de imigrantes brasileiros para a Guiana Francesa.

Em 1968, 27,4% dos imigrantes eram brasileiros, mobilizados, principalmente pelos empregos temporários, que duravam no máximo 5 anos, face à carência local de mão-de-obra. Como forma de recrutar mão-de-obra o

⁹ Cidade localizada a 78 km a noroeste de Caiena, onde fica localizada a base especial de mesmo nome.

governo francês começa um processo de importação de trabalhadores no Brasil, Colômbia e Suriname (PIANTONI, 2009). Os imigrantes eram caracterizados principalmente segundo o autor pela mão-de-obra pouco qualificada,

Ces deux groupes constituant l'essentiel de la main-d'oeuvre peu qualifiée par ailleurs (agents techniques, manoeuvres spécialisés et non-spécialisés fiée par employés dans le déboisement et la construction des charpentes). A la fin de l'année 1970, l'achèvement des chantiers entraîne une chute des emplois et de la main-d'oeuvre immigrée. (PIANTONI, 2009: 100).

Com o fim da construção da base espacial os trabalhadores liberados das obras, somados a outros tantos que passaram a entrar clandestinamente, tornaram-se a principal base para a crescente demanda do mercado privado de serviços da construção civil guianense. Por outro lado, o fato de ser clandestino gerou um grande mercado para os empresários, pois estes trabalhadores ganhavam a metade do salário pago aos legalizados. Ora, seria um trabalho de custo mais barato que o dos trabalhadores locais, principalmente porque não era declarado, não exigindo, portanto, encargos sociais; os patrões não se sentiam obrigados a realizar sequer o pagamento pelo trabalho realizado, sendo acobertados pelo caráter ilegal da presença dos brasileiros. Estes eram constantemente denunciados e mandados de volta para o aeroporto internacional da cidade de Belém- PA e ou atravessados de catraia para Oiapoque¹⁰.

As modalidades de trabalho eram concentradas nas atividades conhecidas de baixa renda, tais como: construção civil (pedreiro, carpinteiro, ajudante e servente de obras), no comércio e em atividades domésticas (normalmente ocupações para mulheres), explicada pela baixa escolaridade dos brasileiros.

Apesar de um cenário de diversos brasileiros morando na Guiana Francesa e do grande fluxo de pessoas rumo à Guiana Francesa havia poucas iniciativas de projetos e ações que pudessem efetivamente minimizar os impactos tanto do lado brasileiro e como do francês. O Amapá e a Guiana

¹⁰ Realizada a partir de relatos de brasileiros que vivem na Guiana e em entrevista com o Sr. Hermenegildo presidente da DAAC (Associação de Apoio ao Imigrante Brasileiro, com atendimento jurídico, fornecimento de curso de Frances entre outros); e *in* PINTO, 2008: 126.

Francesa viveram até meados dos anos 90 um momento de “esquecimento” em relação às ações binacionais e de diplomacia como veremos adiante.

2.3 Terceira Fase: o contexto do retorno das relações bilaterais entre Brasil e França.

Já na década de 1990, o momento era favorável para o retorno das relações bilaterais entre França e Brasil. A presidência de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) traz uma inserção internacional fortemente assentada sobre a ideologia do neoliberalismo, abertura indiscriminada do mercado e do sistema produtivo, acercamento incondicional aos Estados Unidos, desmonte do sistema nacional de segurança, regionalismo aberto, adoção dos cânones do Consenso de Washington, presunção de pertencer ao Primeiro Mundo e o início da instalação do MERCOSUL nascido em 1991 (CERVO, 2005; BANDEIRA, 2005, SARAIVA 2003). Ainda em CERVO (2005) mediante um processo de integração do cone sul e a idéia de unidade política, econômica e de segurança da América do Sul reforçaram o poder de negociação do Brasil.

Naquele momento, em um contexto de uma maior integração dos mercados regionais, MERCOSUL e União Europeia, fortalecem suas relações comerciais, durante o período de 1996 a 2004 as exportações para Europa aumentaram 26%¹¹ para o continente europeu. Nesse ponto de vista, os principais interlocutores do MERCOSUL são os Estados Unidos e União Europeia, porém, esta última busca reforçar o MERCOSUL e consolidar um interlocutor homólogo no cenário internacional.

O clima de abertura internacional propicia ao presidente brasileiro realizar uma visita em maio de 1996 ao presidente francês Jacques Chirac, vale ressaltar que foi a primeira visita de um presidente brasileiro após Ernesto Geisel em 1976. Possibilitando que os dois países assinassem diversos acordos entre eles, o Acordo-Quadro de Cooperação Brasil e França¹², tal instrumento formal prevê o avanço da relação bilateral e abrindo um leque de ações de cooperação entre vários estados brasileiros. Em seu preâmbulo demonstra claramente a vontade dos parceiros no avanço da cooperação:

¹¹ KUTAS Geraldine (2006) in Guiana Francesa - Amapá: Melhor Estruturar os Territórios para intensificar os intercâmbios.

¹² Promulgado através do Decreto nº 2.200, de 08 de abril de 1997 de acordo com o Departamento de Atos Internacionais - DAI do MRE.

a vontade mútua de instituir uma nova parceria e de reforçar suas tradicionais relações de amizade pela criação de um mecanismo de consultas bilaterais regulares e pelo aprofundamento do diálogo político em todos os níveis em ambos os estados e promover a cooperação nos campos econômicos, cultural, científico e técnico (Decreto n.2200, de 08 de abril de 1997)

O Acordo-Quadro foi assinado em 28 de maio de 1996 em Paris e estabelece em seus nove artigos os princípios gerais de uma “nova parceria” das relações bilaterais entre Brasil e França e oportuniza o desenvolvimento de diversas ações nos diferentes campos: econômico, cultural, científico e técnico.

Pela primeira vez, no artigo 6 se insere de maneira efetiva os atores locais institucionais do Amapá e Guiana Francesa na política de cooperação transfronteiriça. E prevê reuniões bi-anuais da comissão mista transfronteiriça com o objetivo de promover o diálogo político, de coordenar os diferentes aspectos das relações bilaterais e de estabelecer um programa de trabalho para o biênio seguinte¹³.

Em fevereiro de 2008, os presidentes Luis Inácio Lula da Silva e Nicolas Sarkozy ratificam o interesse de cooperação entre os dois países. Para tanto, realizaram um encontro grandioso na fronteira do Amapá com a Guiana Francesa objetivando selar o plano estratégico e a decisão dos dois chefes de estado em construir uma ponte que ligará o Brasil, através do Amapá a Guiana francesa - França. Os dois presidentes se encontraram na cidade de Saint-Georges, o que implicou no deslocamento do presidente brasileiro até o território francês (SILVA & VIEIRA, 2013).

O momento da política internacional, a discussão sobre a entrada do Brasil no Conselho de Segurança da ONU, que estava sendo reivindicada pelo governo brasileiro e defendida pelo presidente da França e que possibilitou reafirmar a parceria política e de governança internacional estabelecidas em 1996, introduzindo novos eixos de atuação no plano internacional, bilateral e transfronteiriço (SILVA & VIEIRA, 2013; D’HAUTEFILLE, 2011).

Neste contexto, o plano de ação Franco - brasileiro assinado em 2008 reafirma a determinação dos dois chefes de estado em desenvolver parcerias estratégicas e dar início a construção da ponte sobre o rio Oiapoque como demonstradas no Quadro 3 a seguir.

¹³ Artigo 2, Acordo-Quadro de cooperação entre o governo da Republica Federativa do Brasil e do governo da republica Francesa.

Quadro 3: Demonstrativo dos principais eixos do Plano de Ação.

Eixos	Ação
I. Diálogo Político e Governança Internacional	Apoio à candidatura do Brasil no Conselho de Segurança da ONU e sua incorporação no G8 ampliado. Refutação do sistema financeiro internacional
II. Cooperação Econômica e comercial a	Reafirmam a vontade de ampliar e diversificar o comércio bilateral, dinamizar os fluxos de investimentos e intensificar o diálogo deste tema; Criação do grupo de trabalho sobre o tema.
III. Cooperação na área da defesa	Cooperação baseada em parceria industrial a transferência de tecnologia, formação e aprendizado privilegiando, os helicópteros, os submarinos, a modernização do exercito brasileiros, veículos terrestres sem piloto, redes de vigilância, comunicação e aeronáutica.
IV. Cooperação na área espacial	Cooperação entre as instituições nacionais de pesquisa científica do tema; Aprofundar a cooperação em matéria de satélites de telecomunicação, navegação e meteorologia; Estudo comum sobre o clima e de observação do ciclo de água por satélite Cooperação no quadro das tecnologias dos sistemas orbitais (Plataforma Multi-Missão Brasileira)
V. Cooperação na área de energia nuclear	Fortalecimento de expertises francesas para a formação e Intercâmbio sobre o uso de energia nuclear para fins de pesquisa Promoção de parcerias entre as empresas nucleares dos dois países Estudo comum sobre a instalação e armazenamento de combustíveis nucleares usados Cooperação sobre as tecnologias de prospecção de urânio
VI. Cooperação para o desenvolvimento Sustentável	Reforçam o Fortalecimento do dialogo relativo ao regime internacional sobre mudanças climáticas; Cooperação científica e tecnológica para a conservação e o manejo sustentável das florestas, além dos projetos de desenvolvimento institucional, ligados a floresta Cooperação contra o desmatamento Cooperação relativa ao desenvolvimento sustentável do bioma amazônico, criação do Centro Franco-Brasileiro sobre a biodiversidade Amazônica; Cooperação no domínio dos transportes econômicos na emissão de gases causadores do efeito estufa.
VII. Cooperação nos domínios educativos, lingüísticos, técnico - científico.	Criação de uma rede franco-brasileira de ensino profissional Encorajam a difusão recíproca das línguas portuguesa e francesa; Cooperação na área de bicombustível, nanotecnologia e de TIC.
VIII. Ano da França no Brasil	Anunciam o lançamento do ano da França no Brasil após o ano do Brasil na França em 2005.
IX. Outras áreas de cooperação: Temas migratórios, Cooperação Transfronteiriça, Cooperação conjunta com países terceiros	Formatação de um protocolo sobre os temas migratório A Cooperação transfronteiriça, Assinatura do Acordo na Área da luta contra a Exploração Ilegal do Ouro em Zonas Protegidas ou de Interesse Patrimonial e os avanços para a construção da ponte sobre o rio Oiapoque entre Brasil e a Guiana Francesa; Cooperação com países terceiros, particularmente a África.

Fonte: MRE, 2009; Org. Lidiane Vieira, 2012.

O Plano de Ação contempla em seus nove eixos, um reforço dos acordos já existentes e abre caminho para novas parcerias. Introduce eixos inéditos para o fortalecimento do multilateralismo, a preservação da paz e segurança internacionais e principalmente, começam a delinear os temas e dispositivos para a cooperação transfronteiriça que versam sobre: a formatação de um protocolo sobre os temas migratório, assinatura do Acordo na Área da luta contra a Exploração Ilegal do Ouro em Zonas Protegidas ou de Interesse Patrimonial e os avanços para a construção da ponte sobre o rio Oiapoque entre Brasil e a Guiana Francesa.

CAPITULO 3 - COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA: ATORES, ACORDOS E DESAFIOS

Era 24 de outubro em Macapá fazia um dia ensolarado como de costume na região, a reunião foi organizada em um Eco hotel com características regionais, vinculado a um espaço de proteção ambiental, tapete vermelho recepcionava os participantes, no salão principal a decoração dava ares de regionalismo. Brasileiros e franceses estavam colocados frente a frente em uma grande mesa e dispostos hierarquicamente pelos cargos que ocupavam, ali estavam embaixadores, governadores, cônsules e nas cadeiras na parte de trás deles os diretores e técnicos das diversas instituições governamentais brasileiras e francesas.

O auditório era bastante amplo estava decorado com flores regionais, havia uma grande mesa no fundo do salão, para 20 pessoas disposta de um lado 10 brasileiros e 10 franceses. As últimas cadeiras da mesa, mais ao fundo, foram reservadas para que os representantes das instituições fossem revezando no momento das suas apresentações que seriam chamadas em ordem de temas pelos embaixadores franceses e brasileiros.

Foram mais de 150 pessoas. Eram representantes das diversas instituições federais, como: IBAMA, Polícia federal, ICMBIO, Ministério da Integração, Ministério da Defesa, Ministério do Meio Ambiente, Ministério das Relações Exteriores, Universidade Federal, além das instituições estaduais: secretaria de governo da Educação, Mobilização Social, Agencia de Desenvolvimento, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Mineração; Ciência e Tecnologia, Universidade do Estado. Havia também a presença de cerca de 10 políticos locais entre senadores, deputados federais estaduais, prefeitos, vereadores e representações sindicais estaduais e do município de Oiapoque. Além de profissionais que atuam na construção do conhecimento relativos à cooperação transfronteiriça.

Havia uma grande estrutura logística com som, tradução simultânea, duas telas de projeção digital que apresentavam simultaneamente as imagens da reunião, uma sala que servia de secretaria, onde estavam sendo produzidos a ata e acordos que seriam assinados naquele momento, além da cobertura jornalística da imprensa local e assessores de imprensa nacional e franceses.

A solenidade teve início com tom formal, principalmente utilizando a *performance* discursiva. O discurso de abertura foi proferido pelo anfitrião o governador do estado do Amapá, que falou da importância do evento do ponto de vista do governo “o Amapá enxerga como uma das alternativas para o seu desenvolvimento econômico, social por meio da cooperação”¹⁴. Dando sequência, ouvimos o diretor do departamento de Europa o embaixador Santiago Mourão, que enfatizou o lado positivo do encontro e do diálogo proporcionado, destacou principalmente o ‘Peso Político’ do diálogo entre as delegações. “Por se tratarem de questões de Fronteira, as decisões dependem do aval de Brasília e de Paris, mas são operacionalizadas aqui, no Amapá e na Guiana Francesa”.¹⁵ Pelo lado francês, o *préfet*¹⁶ da Guiana, o senhor Denis Labbé e pela embaixada da França no Brasil, Yves Saint-Geours e a deputada Toubira, manifestaram a satisfação na possibilidade de avançar na cooperação bilateral em particular nos diversos domínios: educacional, saúde, entre outros, além da satisfação em ter a presença do poder legislativo participando das delegações.

Fizeram seus discursos também a Cônsul do Brasil em Caiena, Ana Lélia Belicá Beltrame, Deputados federais e estaduais do Amapá e o Prefeito de Oiapoque, de maneira geral, enfatizarão a importância da cooperação. No entanto, o que nos chama atenção no discurso do deputado e do prefeito de Oiapoque seria o tom de revolta em relação ao tratamento realizado por policiais franceses aos brasileiros que vivem na Guiana Francesa.

Em seguida todos os participantes foram convidados para um farto café da manhã ao lado do salão principal, ali estava montada uma exposição “Un Pont sur l’Oyapock” resultado do resgate arqueológico realizado pelas instituições francesas e amapaenses decorrente da construção da ponte binacional sobre o Rio Oiapoque¹⁷. Simultaneamente, já estavam servindo o

¹⁴ Palavras iniciais proferidas pelo governador do Estado do Amapá, Carlos Camilo Capiberibe.

¹⁵ Parte do discurso proferido pelo Ministro Santiago Mourão, Embaixador do Departamento Europa I do Ministério das Relações Exteriores.

¹⁶ Autoridade maior do departamento ultramarino refere-se a um representante do governo nacional.

¹⁷ *Conservatoire Régional de l’Archéologie de Guyane* do lado francês e do lado amapaense o Departamento de Arqueologia do Instituto de Pesquisa do Estado do Amapá-IEPA. Realizaram em 2009 o resgate arqueológico na ponte binacional, retomado em 2012 e previsto para ser concluído em 2013. Ver Revista *Un Pont sur l’Oyapock*.

buffet com iguarias tipicamente regionais: tapiquinhas, bolo de macaxeira, mingau de tapioca com castanha do Brasil, bolos de macaxeira e sucos com frutas da região. Para MONTANARI (2008) enfatiza o simbolismo das refeições, pois consistem em fatores que nos fazem família é um dos rituais comunitário mais comum da sociedade. E não está associado a uma cultura específica vários povos se reúnem para fazer as refeições e talvez essa seja uma das características que mostre e comprove a existência de uma família.

Em todos os níveis sociais, a participação na mesa comum é o primeiro sinal de pertencimento ao grupo. Esse pode ser a família, mas também uma comunidade, uma confraria, corporação reafirma à mesa a própria identidade coletiva: toda comunidade se reconhece no refeitório, onde todos são obrigados a dividir a refeição (MONTANARI 2008: p. 127).

Neste sentido, no decorrer da confraternização os grupos foram sendo formados e aproveitavam para manter e retomar conversas. Havia várias mesas, uma delas reservada para as autoridades, sentadas lado a lado governador, senadores, embaixadores, cônsules e os demais participantes estavam dispostos nas demais por grupos de afinidade ou por grupos de interesses. Após o intervalo que durou cerca de 20 minutos retornaram ao salão principal.

De forma ilustrativa, por meio do instrumento da etnografia e de uma perspectiva performática, buscou-se demonstrar no início deste capítulo um panorama do campo da cooperação, a partir de seus atores tal como eles se auto-representam na sua principal cerimônia, a Reunião da Cooperação Transfronteiriça. As reuniões trazem à tona, de uma só vez toda a história e ações construídas das instituições ao longo dos 15 anos de Cooperação Transfronteiriça, o que revela ainda num plano pouco visível dentro das políticas nacionais e ainda conquistando espaço político regional e local.

Contudo, as cerimônias são geralmente marcadas pela presença de políticos, técnicos e diplomatas que representam em sentido teatral, a autoridade sobre a concentração de poder político e nestas constituem verdadeiros rituais de negociação. Para Tambiah (1985) os rituais, na modernidade são vistos muito além dos rituais religiosos e passam a ser identificados como eventos especiais, analisados pelo seu caráter comunicativo. O autor ainda analisa os rituais como um sistema de comunicação simbólica,

constituído de sequências ordenadas e padronizadas de palavras e ações (*apud* SILVA,2007;PEIRANO, 2000a e 2000b, pg.17).

Neste contexto, identificamos que os eventos realizados ao longo da construção da cooperação transfronteiriça são rituais da cooperação internacional entre Amapá e Guiana Francesa constitui. Os atos públicos de celebração, marcados por uma estrutura hierárquica, diplomática e solene que se realizam em duas línguas ou mais dada sua natureza internacional. Ali se reproduzem espaços de produção e reprodução da lógica da cooperação que visa dar visibilidade a instituição organizadora, as suas redes sociais, políticas e metas a difundir, por meio de elementos ideológicos e simbólicos (VALENTE 2010).

O ponto alto dessas cerimônias é o balanço geral dos projetos, seu estado atual e futuras investidas para o seu avanço. As assinaturas dos acordos são realizadas ao final de cada cerimônia, aproveitando a presença de todas as autoridades que compõe a reunião. Os temas são chamados um a um em ordem de complexidades, geralmente são realizados na seqüência: infraestrutura, transporte, cultura, educação e ciência e tecnologia.

3.1 A Comissão Mista Transfronteiriça - CMT

A comissão tem suas origens no Acordo Quadro de Cooperação Brasil/França. Em seu artigo 6º, traz o comprometimento pelos parceiros Brasil e França em direção ao fortalecimento da cooperação transfronteiriça, além de estabelecer o processo de governança dos projetos, de forma anual e alternadas. O que possibilita os exames desses projetos desenvolvidos pelas coletividades locais, dentro do arcabouço legal dos dois países. Este acordo prevê que

Art.1. As partes contratantes realizarão a cada ano consultas visando ao favorecimento da cooperação transfronteiriça em todos os domínios de interesse comum e ao exame dos projetos desenvolvidos pelas coletividades locais dos dois países, no quadro das legislações nacionais. Representantes dessas coletividades locais poderão estar associados a esses trabalhos. Art. 2 .Esse grupo de consulta reunir-se-á alternadamente no Brasil e na França.

Historicamente, a Comissão Mista de Cooperação Transfronteiriça Brasil-França ocorreu pela primeira vez em 1983. As discussões, na época, foram essencialmente focalizadas na questão migratória, tendo em vista a construção da base espacial de Kourou.

Mais tarde, em 1996 o governador do Estado do Amapá (1994-2002) João Alberto Capiberibe viajou a Caiena depois de décadas de poucas visitas oficiais e iniciativas de projetos para a região fronteiriça. Essa visita marca as negociações e o restabelecimento dos laços institucionais de cooperação transfronteiriça. Neste momento, encontrou o presidente do Conselho Regional da Guiana (Antoine KARAM) o que possibilitou a assinatura da declaração de intenção entre as duas autoridades locais nos domínios de infraestrutura, turismo, meio ambiente, pesquisa, educação, cultura, esporte, segurança e imigração.

Desta forma, preocupados com a abertura das negociações de acordos pelas autoridades locais o Ministério das relações Exteriores, fundamentado pelo artigo 6^o do acordo quadro convidou as autoridades locais para uma reunião da Comissão Mista Transfronteiriça, onde foram oficializados os acordos realizados pelos dois governadores anteriormente relatados.

A comissão consiste no principal instrumento de diálogo e de governança entre as instituições diplomáticas nacionais, regionais e locais no campo das relações transfronteiriça e possibilitou a criação de uma rede de articulação entre agentes institucionais locais possibilitando a formalização ou o desenvolvimento de iniciativas de cooperação. Desde a primeira comissão em 1996, foi sendo construída, gradativamente uma rede de agentes e instituições brasileiras e francesas visando o avanço da cooperação transfronteiriça. Os atores são diversos e são encarregados de promover, coordenar e monitorar as relações de cooperação através de ações diplomáticas. De acordo com o Quadro 4.

Quadro 4 – Membros institucionais centrais e locais da Cooperação Transfronteiriça

Atores	Representantes/Objetivos
O Estado francês	Presidente da República, Ministério das Relações Exteriores e Europeias, Ministério do Ultramar, Prefeitura da Região e o Conselho Geral. No Ministério do Ultramar é nomeado um Embaixador, delegado para a cooperação regional na zona Antilhas/Guiana Francesa, cuja missão é coordenar as diferentes ações de cooperação regional. Ele também está encarregado de representar a França junto da Associação dos Estados do Caribe e da Comunidade do Caribe.
	A Prefeitura da Guiana Francesa dispõe de um serviço encarregado, entre outras tarefas, das atividades de cooperação regional: a Secretaria Geral das Relações Regionais (SGAR). Esta conduz as ações de cooperação regional em parceria com os serviços do Estado e as coletividades territoriais. É a autoridade da gestão do Fundo de Cooperação Regional (FCR).
O Estado Federal Brasileiro	A cooperação com a Guiana Francesa é conduzida pelo Presidente da República por meio de seu Ministério das Relações Exteriores, o Itamaraty. Um ator central do Itamaraty é a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), que está encarregada de negociar, coordenar, implementar e acompanhar os programas e projetos brasileiros de cooperação técnica, executados com base nos acordos firmados pelo Brasil com outros países e organismos internacionais. Ela trabalha em parceria com as delegações ministeriais e em estreita colaboração com a Agência de Desenvolvimento do Amapá (ADAP), órgão estadual no qual se concentra as relações internacionais do Amapá.
As instituições públicas locais	
O Conselho Regional da Guiana Francesa	Em 2001 foi criado um serviço dedicado às ações de cooperação regional, hoje chamado "Departamento de Cooperação e Relações Internacionais". Dois anos mais tarde um encarregado de missão foi contratado a fim, especialmente, de elaborar o acompanhar o programa INTERREG "Espaços Caribe".
	Em razão do progresso de suas ações de cooperação, o Conselho Regional criou em 2010 a "Comissão de Cooperação Regional" que é encarregada de analisar em primeira mão os dossiês examinados em sessão plenária e dar sua apreciação sobre os projetos de cooperação regional apresentados ao Conselho Regional da Guiana Francesa.
O Conselho Geral da Guiana Francesa	Pode financiar projetos de cooperação com seus próprios fundos e dar igualmente sua apreciação quando solicitado pelo Conselho Regional (sobre o POAmazônia) ou pela Prefeitura (em relação ao FCR). O Conselho Geral conduz suas ações de cooperação em coordenação com essas duas instituições. Suas ações de cooperação com o território deverão ser orientadas no futuro para a saúde, setor que depende das competências do Departamento na Guiana Francesa.
O Governo do Estado do Amapá	A cooperação regional é conduzida pelo Governador do Estado do Amapá, eleito a cada 4 anos, podendo ser reconduzido ao cargo uma única vez. As várias secretarias de governo, como: meio ambiente, cultura, saúde, esporte, turismo, indústria e comércio e tecnologia. Até 2011, a Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico (SEDE), tinha um papel chave na esfera do governo brasileiro, desempenhava também um papel determinante nas relações com a Guiana Francesa, visto que o mesmo representava o Estado do Amapá no comitê de acompanhamento do POAmazônia, assim como a Secretaria Especial de Governadoria, através da sua Assessoria de Relações Internacionais, atualmente extintas no atual governo.

As agências de desenvolvimento	
A Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD)	<p>Instituição financeira pública, a AFD contribui com o dispositivo francês de ajuda pública ao desenvolvimento (APD). Ela está colocada sob a autoridade conjunta do Ministério da Economia, Fazenda e Indústria, do Ministério das Relações Exteriores e Europeias, e do Ministério do Interior, Departamentos de Ultramar, Coletividades Territoriais e da Imigração.</p> <p>O papel da AFD no Amapá é "desenvolver os intercâmbios e, em uma perspectiva de desenvolvimento sustentável, melhor integrar a Guiana Francesa em seu meio ambiente regional". Esse papel é assegurado pelo escritório da AFD em Brasília (em coordenação, se necessário, com o escritório em Caiena). A fim de promover o desenvolvimento sustentável da região Noroeste do Amapá, a esfera estratégica de intervenção da AFD no Brasil para 2008-2010 identificou os eixos de cooperação regional seguintes;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Favorecer o desenvolvimento econômico da zona fronteiriça com a finalidade de contribuir para a fixação das populações e a diminuição da pressão migratória; - Reforçar a vigilância epidemiológica e a luta contra as doenças transmissíveis em zona transfronteiriça; - Consolidar a cooperação e as parcerias científicas entre os organismos brasileiros e guianeses; - Aplicar uma política comum de gestão racional dos recursos naturais autorizando o desenvolvimento econômico (exploração das riquezas florestais e minerais) ao mesmo tempo preservando a biodiversidade. <p>O escritório de Brasília pode atuar junto ao Governo Federal, do Governo Estadual, aos municípios, aos bancos ou empresas públicas, através da concessão de empréstimos soberanos e não-soberanos, garantias e linhas de créditos com objetivo de financiar projetos de desenvolvimento. O escritório de Caiena pode apoiar empresas guianenses desejando investir no Amapá (dispositivo de garantia ARIZ - Seguro para o Risco de Financiamento do Investimento Privado nas Zonas de Intervenção da AFD ou outros diferentes instrumentos financeiros especialmente em parceria com OSEO).</p>
O Fundo Francês para o Meio Ambiente Mundial (FFEM)	<p>O FFEM é um fundo público bilateral criado em 1994 pelo Governo francês depois da Cúpula da Terra, no Rio de Janeiro. Aquele financia projetos de desenvolvimento tendo um impacto durável nos domínios do meio ambiente mundial: a biodiversidade, o efeito estufa, águas internacionais, a degradação das terras e a desertificação, Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs), a camada de ozônio, etc. O FFEM faz parte da direção de estratégia da AFD</p>
Agência de Desenvolvimento do Amapá (ADAP)	<p>A ADAP é uma pessoa jurídica de direito público, que se beneficia de autonomia técnica, administrativa e financeira e possui um patrimônio e receitas próprias. Localizada em Macapá, ela faz parte da Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Tesouro do Governo do Amapá. Sua missão é realizar políticas de desenvolvimento elaboradas pelo Governo do Estado do Amapá e da União. Como exemplo, ela garante a coordenação de uma parte dos projetos financiados pelo PAC. A ADAP está igualmente encarregada de buscar, juntamente com os órgãos federais brasileiros (Agência Brasileira de Cooperação), fontes de financiamento exteriores para os projetos de desenvolvimento no Amapá.</p> <p>A ADAP está autorizada a estabelecer parcerias com instituições de desenvolvimento públicas, privadas, nacionais e internacionais. Ela dispõe, portanto, de meios de ação permitindo-lhe desempenhar um papel ativo em matéria de cooperação com a Guiana Francesa.</p>
As câmaras de comércio e as agências de apoio às empresas	
A Câmara de Comércio e Indústria da Região Guiana Francesa (CCIG)	<p>A CCIG é um estabelecimento cuja missão é representar os interesses das empresas guianesas junto aos poderes públicos e acompanhar os empresários em cada etapa de seu desenvolvimento.</p> <p>Em 2009, ela abriu dois escritórios: um em Paramaribo (Suriname) e outro em Macapá (Brasil). O objetivo é apoiar as empresas em seu desenvolvimento internacional. No Amapá, o escritório da CCIRG oferece diversos serviços:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Garantir a representação técnica da CCIG junto às empresas e instituições brasileiras; - Ser o parceiro privilegiado da ADAP e do SEBRAE (homólogo da CCIG no Brasil);

	<ul style="list-style-type: none"> - Acompanhar e apoiar o desenvolvimento internacional das empresas brasileiras e guianesas; - Desenvolver uma rede de interlocutores de várias instituições públicas e privadas brasileiras, francesas e internacionais presentes no território brasileiro; - Garantir uma vigilância jurídica; - Organizar missões de pesquisa de mercado; - Realizar simpósios entre empresas guianesas e brasileiras; - Organizar a participação de empresas nas feiras profissionais, fóruns de negócios, etc..
<p>O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)</p>	<p>O SEBRAE é uma instituição autônoma presente em todo o Brasil. Ele dispõe de quatro escritórios no Amapá (Macapá, Oiapoque, Laranjal do Jari e Santana) que acompanham os pequenos empresários em seus projetos de desenvolvimento e em seus esforços para aumentar sua competitividade. Ele oferece-lhes conselhos e competências, e coloca-os em contato com possíveis parceiros e clientes. O SEBRAE defende também os interesses das micro e pequenas empresas junto ao Governo do Estado.</p> <p>O SEBRAE mantém relações estreitas com as instituições bancárias, encarregadas de financiar os projetos do micro ou pequenos empresários, principalmente o Banco da Amazônia (BASA), a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil.</p>

Fonte: ADAP, diversos documentos (2010, 2011, 2012); INSEE (2011).

Durante as reuniões da Comissão, diplomacia nacional, técnicos nacionais e locais e políticos de ambos os países negociam sobre os projetos de cooperação transfronteiriça de interesse do Brasil (Amapá) e França (Guiana Francesa). Nessas negociações, os técnicos locais tem um papel importantíssimo, pois são estratégicos, representam uma categoria ou instituição e negociam os interesses do seu respectivo estado.

A comissão está organizada de maneira hierárquica e proporciona múltiplas arenas de negociações. No caso brasileiro, a instituição máxima de negociações trata-se do Ministério das Relações Exteriores – MRE, através do Departamento de Europa I, órgão responsável pela condução da política externa brasileira. No âmbito estadual a coordenação das relações fica a cargo do governo do estado do Amapá – GEA, através da agência de desenvolvimento do Amapá – ADAP, que tem papel de articular e organizar as ações das diversas secretarias de governo, tais como turismo, educação, saúde, sociais e econômicos. Além desses, a prefeitura de Oiapoque e no âmbito legislativo a CREDE.

As reuniões são realizadas pelo menos uma vez ao ano, em consonância com o que prevê o Acordo-Quadro. As reuniões possuem um longo processo de preparação, primeiramente, reúnem-se em separado a parte

francesa e a parte brasileira, depois com seus respectivos estados subnacionais, Amapá e Guiana Francesa, são necessitárias pelo menos duas reuniões de preparação que irão culminar com a reunião da comissão mista transfronteiriça.

De 1996 até 2013 já foram realizadas sete reuniões descritas no Quadro 3. Dessas pelo menos 10 subgrupos de trabalho foram formado que tem a função de analisar tecnicamente os temas propostos e podendo montar novos subgrupos se acharem pertinentes de acordo com a anuência do Itamaraty. (Foto 2).

Foto 2: Comissão Mista Transfronteiriça



Fonte: Agência Amapá, 2010.

Contudo, mesmo após 15 anos desde a primeira até a última reunião realizada em novembro de 2012 e do aumento nas proposições de temas de cooperação. Consta-se o caráter prematuro nas discussões e na dificuldade de possíveis soluções aos problemas comuns entre as duas regiões e de um possível desenvolvimento regional através da cooperação.

O caráter prematuro deve-se, principalmente a descontinuidade nas ações, baixa definição de legislações específicas para a fronteira e falta de instituições voltadas especificamente para tratar de ações de cooperação nas regiões. O quadro 5 demonstra as sete reuniões das CMTs e seus diversos interlocutores brasileiros e franceses.

Quadro 5: Datas e locais das principais Reuniões da Comissão Mista Transfronteiriça.

	Local e Data	Presidente da República do Brasil	Presidente da República Francesa	Representante do Governo Federal do Brasil	Representante da França Metropolitana	Governador do estado do Amapá	Presidente do Conselho Regional da Guiana Francesa
I CMT	Brasília, 17 e 18 set. 1997	Fernando Henrique Cardoso	Jacques Chirac	Marcelo Andrade de Moraes Jardim, Diretor-Geral do Departamento de Europa	Philippe Lecourtier, Embaixador da França no Brasil	João Alberto Capiberibe	Antoine Karam
II CMT	Caiena, 18 e 19 mar. 1999	Fernando Henrique Cardoso	Jacques Chirac	Ministro Marcelo Jardim, Diretor-Geral do Departamento da Europa do Ministério das Relações Exteriores	Jean-Jack Queyranne, Secretário de Estado de Ultramar	João Alberto Capiberibe	Antoine Karam
III CMT	Macapá, 28 a 30 jan. 2002	Luis Inácio Lula da Silva	Jacques Chirac	Embaixador Osmar Chohfi, Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores	Christian Paul, Secretário de Estado do Ultramar	João Alberto Capiberibe	Antoine Karam
IV CMT	Caiena, 12 e 13 jun. 2008.	Luis Inácio Lula da Silva	Nicolas Sarkozy	Embaixador Oto Agripino Maia, subsecretário-geral das comunidades brasileiras no exterior do Ministério das Relações Exteriores	Yves Jégo, secretário de Estado do Ultramar	Waldez Góes	Antoine Karam
V CMT	Macapá, 13 e 14 ago. 2009	Luis Inácio Lula da Silva	Nicolas Sarkozy	Embaixadora Maria Edileuza Fontenele Reis, Diretora do Departamento da Europa I	Embaixadora Elizabeth Béton Delègue, Diretora do Departamento das Américas e Caribe	Waldez Góes	Antoine Karam
VI CMT	Caiena, 31 ago. a 01 de set. 2010.	Luis Inácio Lula da Silva	Nicolas Sarkozy	Ministro Santiago Mourão, Diretor do Departamento da Europa I no Ministério das Relações Exteriores	Elisabeth Beton-Delègue, Diretora das Américas e Caribe no Ministério dos Assuntos Estrangeiros francês & Daniel Ferey, Prefeito da região da Guiana Francesa	Waldez Góes	Rodolphe Alexandre
VII CMT	Macapá, 24 e 25 nov. 2011	Luis Inácio Lula da Silva	Nicolas Sarkozy	Ministro Santiago Mourão, Diretor do Departamento da Europa no Ministério das Relações Exteriores	Dennis Labbé,préfet da Guiana Francesa e Yves Saint-Geours, embaixador da França no Brasil	Camilo Góes Capiberibe	Rodolphe Alexandre

Fonte: Atas das CMT (1997, 1999, 2002, 2008; 2009; 2010; 2012)

3.2 - Programa Operacional Amazônia - POA

Dentro das políticas de desenvolvimento do departamento ultramarino a União Europeia aprovou em 27 de março de 2008 o Programa Operacional Amazônia-POA que através de recursos financeiros que giram em torno de 17 milhões de euros para serem gastos no período de 2007 – 2013. Essa iniciativa busca fomentar a aproximação através de iniciativas de projetos comuns entre Guiana Francesa e suas fronteiras, nesse caso Suriname e Brasil (Amapá, Pará e Amazonas). O conselho regional foi nomeado como autoridade de gestão do programa sendo responsável de toda interlocução, mobilização e recursos financeiros.

O programa é organizado em uma comissão binacional reunida de três a quatro vezes por ano e pelo menos uma vez a cada ano para o acompanhamento e seleção. O presidente do conselho regional preside comissão e sua preparação é feita pelo secretario do programa em parceria com a *préfecture da guiana* e o conselho geral. Estão distribuídos hierarquicamente, sendo membros com voz ativa e membros com voz consultiva e deliberativa nos comitês de acompanhamento e seleção dos projetos de acordo com a disposição abaixo. (Foto 3):

Figura 3: Organograma do Comitê de seleção e acompanhamento do POA



Fonte: POA, 2009.

Para o programa a UE dispensou recursos em torno de €\$17.107.032,00 sendo 75% do FEDER (€\$12.830.274,00) e 25% como contrapartida nacional de implantação de condições e meios necessários ao desenvolvimento sustentável do espaço comum de cooperação (POA, 2007). No caso dos parceiros a participação financeira é solicitada de acordo com a natureza do projeto para as despesas efetuadas no território respectivo. O programa se articula em torno de quatro prioridades com recursos específicos para cada um deles, como mostra o Quadro 6.

Quadro 6: Síntese dos eixos de atuação do Programa Operacional Amazônia - POA.

Domínio de atuação	Parceiros	Montante alocado do FEDER no financiamento ¹⁸	Autoridade e de Gestão	Eixos estratégicos
Cooperação Transfronteiriça	Guiana-Brasil (Amapá, Pará e Amazonas)	12,8 milhões de euros	Conselho Regional da Guiana	<p>Eixo 1: Estruturar os territórios transfronteiriços e reforçar a coerência do espaço comum de cooperação;</p> <p>Eixo 2: Desenvolver atividades transfronteiriças e a atratividade do espaço comum de cooperação;</p> <p>Eixo 3: Sociedades abertas e solidárias: estimular a aproximação da população e o desenvolvimento de serviços transfronteiriços</p> <p>Eixo 4: Assistência técnica: gestão, acompanhamento e controle, acompanhamento, implementação e divulgação do programa</p>

Fonte: POA, 2009.

O quadro 6 traz um demonstrativo dos principais projetos financiados em 2012 financiados pelo POA, que envolvem a cooperação Guiana–Suriname e Guiana–Brasil (Amapá, Pará e Amazonas) num total de 17 projetos e de quatro novas iniciativas de projetos, entre os projetos apoiados com o Brasil estão:

- 1) Oiapoque Natural – Programa de cooperação entre o parque natural da Guiana e o Parque Nacional do Cabo Orange, localizado no Oiapoque;
- 2) SDIS 2 – Programa de Cooperação entre o Serviço Departamental de Incêndio e o Corpo de bombeiros do Estado do Amapá;
- 3) OSE GUYAMAPA- Programa do observatório Espacial de Meio Ambiente transfronteiriço entre a Guiana e o Brasil;
- 4) ORPAILLEUR – Documentário sobre o meio ambiente para divulgação no Brasil e Suriname;
- 5) Projeto Turístico Combinado entre a Guiana, Suriname e Brasil;
- 6) Programa sobre a Amazônia – Realizar documentários sobre a biodiversidade, a cultura e economia da Guiana, Suriname e Brasil;

¹⁸ Fundo de Desenvolvimento Europeu.

- 7) SPANY – Realizar uma estrutura de internet via hetz ligando Suriname, guiana e Amapá;
- 8) Estudo de viabilidade aérea inter regional entre a Guiana, Suriname e Amapá;
- 9) Financiamento de escritórios de representação da Câmara de Comércio da Guiana em Paramaribo-Suriname e Macapá-Amapá;
- 10) FORPRAM – Projeto de desenvolvimento de formação profissional à distância entre as instituições da Guiana E Amapá, através do Pólo Universitário da Guiana Francesa;
- 11) Língua 2000 – Projeto de Ensino de Francês, holandês e português aos atores da cooperação, mesmo o Conselho Regional;
- 12) ECG – Criação de uma escola de comércio internacional ligada a Câmara de Comércio da Guiana Francesa.

TABELA 1: Demonstrativo dos principais projetos apoiados pelo POA.

	Título do projeto	Beneficiário	Custo total	Custo total elegível	Orçamento Público Nacional (CPN)								Outros financiadores					
					Montante FEDER + CPN	Taxa FEDER + CPN	Montante FEDER	Taxa FEDER	Montante CPN	Taxa CPN	Região	Conselho Geral	Estado (FCR)	CNES	Outras entidades públicas	Beneficiário público	Fundos privados	Beneficiário privado
1	SDIS 1 Suriname / Cooperação Franco-Surinamense em matéria de segurança civil	SDIS	961 619,00	961 619,00	736 236,00	76,56%	721 000,00	74,98%	15 236,00	1,58%			15 236,00		4 034,00	221 349,00		
2	CARET2	WWF França	2 828 725,00	2 828 725,00	1 509 120,00	53,35%	1 400 000,00	49,49%	109 120,00	3,86%				109 120,00	617 443,53		223 293,62	478 867,85
3	Projeto Oyana	PNRG	1 088 800,00	1 088 800,00	1 088 200,00	99,94%	816 000,00	74,94%	272 200,00	25,00%	92 548,00		92 548,00	87 104,00		600		
4	SDIS 2 Brasil / Cooperação com os bombeiros do Estado do Amapá	SDIS	1 151 427,00	1 151 427,00	848 243,00	73,67%	848 243,00	73,67%	0	0,00%						303 184,00		
5	Panorama sur l'Amazonie	Bérénice Produção	630 000,00	552 995,00	276 497,50	50,00%	154 459,50	27,93%	122 038,00	22,07%			61 038,00	61 000,00			110 957,00	
6	SPANY	Guyacom	1 304 625,00	1 005 325,00	753 993,00	75,00%	753 993,00	75,00%	0	0,00%							161 332,00	90 000,00
7	FORPRAM (Formation Professionnelle Amazonienne)	GIP FCIP	609 040,00	609 040,00	586 780,00	96,35%	456 780,00	75,00%	130 000,00	21,35%			80 000,00	50 000,00			22 260,00	
8	Estudos sobre serviços aéreos inter regionais	CCIG	200 000,00	200 000,00	150 000,00	75,00%	150 000,00	75,00%	0	0,00%						50 000,00		
9	Distribuição de água em localidades isoladas do rio Maroni	ROTARY	225 000,00	225 000,00	225 000,00	91,11%	170 000,00	75,56%	35 000,00	15,56%				35 000,00				20 000,00
10	AMANOQUE	RFO	1 980 279,00	1 745 985,00	698 394,00	40,00%	698 394,00	40,00%	0	0,00%						1 303 229,00		
11	EGC - Escola de Comércio e Gestão	CCIG	1 893 123,00	1 893 123,00	1 069 749,20	56,51%	757 249,20	40,00%	312 500,00	16,51%	262 500,00			50 000,00		448 278,00	636 525,00	
12	OSE GUYAMAPA	IRD	2 223	1 222	937 000,00	76,68%	687	56,22%	250	20,46%				250	285			

			000,00	000,00			000,00		000,00				000,00	000,00				
13	Estudo de viabilidade na travessia do Rio Maroni	CCIG	115 750,00	115 750,00	114 750,00	99,14%	114 750,00	99,14%	0	0,00%				1 000,00				
14	Permanência dos escritórios internacionais da Guiana Francesa no Brasil e no Suriname	CCIG	400 000,00	400 000,00	300 000,00	75,00%	300 000,00	75,00%	0	0,00%					1 000,00			
15	QUELONIOS PARA SEMPRE	WWF França	123 000,00	123 000,00	87 000,00	70,73%	87 000,00	70,73%	0	0,00%							36 000,00	
16	Capacitação para resposta a desastres no Planalto das Guianas	Cruz Vermelha francesa		654 530,00 €	490 898,00 €	75,00%	490 898,00	75,00%	0	0,00%								
	Biomassa	ReWatt	208 630,00 €	178 630,00	137 953,75	74,97%	89315,00	47,77%	48 638,75	27,20%	28 638,75			20 000,00				
	Casa da fronteira	CCIG		70 100,00	45 050,00	64,26%	35050,00	50,00%	10 000,00	14,26%			10 000,00					
	SPANY Leste	GUYACOM	5662903,33	5662903,33	2 115 577,96	58,00%	1 057 788,96	19,00%	1 057 789,00	19,00%	607 789,00	400 000,00		50 000,00				
	ATIPA	IESG/PUG	1 170 000	1 150 750,00	1 040 000,00	90,38%	640000	55,62%	400 000,00	34,76%	200 000,00	100 000,00		100 000,00				
17	Assistência técnica	STC PO Amazônia 2007-2013	1 026 422,00	1 026 422,00	1 026 422,00	100,00%	769 816,00	75,00%	256 606,00	25,00%	256 606,00							
			23 593 713,33	22 211 594,33	14 216 864,41		11 197 736,66		3 019 127,75		1 448 081,75	500 000,00	258 822,00	812 224,00	907 477,53	2 426 640,00	1 154 367,62	624 867,85

Número de projetos	Região	Conselho Regional	Estado (FCR)	CNES	Outras entidades públicas	Beneficiário público	Fundos privados	Beneficiário privado
17	1 448 081,75	500 000,00	258 822,00	812 224,00	907 477,53	2 426 640,00	1 154 367,62	624 867,85

Fonte: http://www.cr-guyane.fr/ressources/File/2012/nov-dec/Listing_Projets_POA25.pdf; traduzido pela autora; Acesso em dez 2012. Adaptado da autora.

3.3 PRINCIPAIS INICIATIVAS DE COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA AMAPÁ-GUIANA FRANCESA

A análise dos projetos de cooperação transfronteiriça Amapá / Guiana Francesa será importante para perceber suas particularidades e perceber os elementos que a compõem e identificar, minimamente, do ponto de vista de diversos aspectos, principalmente relativos às suas origens, inserção na relação Amapá/Guiana e Amapá-Brasília. Conhecer a gênese e situação atual das principais iniciativas de cooperação entre as duas regiões.

3.5.1 Cooperação Transfronteiriça nas Áreas de Infraestrutura.

A integração de mercados via projetos estruturantes (Rodovias, pontes, ferrovias e energia) é a ponte de ligação entre a globalização e a regionalização, desta forma nasce a iniciativa para a integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana – IIRSA, onde o Brasil tende a ser estratégico, pois dos 10 países da América do Sul com os quais faz fronteira, 7 estão geograficamente na Amazônia (CASTRO, 2008 *in* NASCIMENTO, 2008).

Da mesma forma, a visão da infraestrutura como elemento-chave de integração, baseia-se na noção de que o desenvolvimento do transporte, da energia e das comunicações pode gerar o impulso decisivo para a superação das barreiras geográficas, além da aproximação dos mercados e a promoção de novas oportunidades econômicas. Entende-se que para corroborar a integração física regional também é necessário um processo logístico eficiente para a facilitação do comércio e dos investimentos (IIRSA, 2011; LOMBA & MATOS, 2013).

Essas iniciativas vivenciadas claramente na política de desenvolvimento dos presidentes Fernando Henrique e mais tarde Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) que culminaram na implementação de diversos programas como exemplo: Plano Brasil em Ação Avança Brasil e mais tarde o Plano Plurianual (2004 a 2007) e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), visavam à modernização e desenvolvimento do país, especialmente da Amazônia, de forma a fortalecer as ações ligadas à infra-estrutura e comunicação de maneira a abrir um eixo de integração com o mercado nacional e os mercados do atlântico ao pacífico.

Por outro lado o PPA do governo federal indicava planos e metas para o quadriênio e já considerava parcerias público/privado pretendendo envolver estados

e municípios, tendo como principais objetivos : crescimento sustentado, geração de emprego e renda; combater a marginalização social e a pobreza; consolidar a democracia e a defesa dos direitos humanos, a partir de estudos de problemas e resultados sobre os Eixos de Integração Nacional. Contudo o Amapá está contemplado através do programa Faixa de Fronteira, executado pelo ministério da Integração Nacional, onde está inserido no arco-norte, enfocando a região fronteira.

3.5.2 A Ponte Binacional sobre o Rio Oiapoque

O acordo relativo à ponte binacional que ligará o Brasil (Amapá) à França (Guiana Francesa), através da cidade de Oiapoque e Saint-George, se insere na lógica de integração regional e de abertura aos mercados do Caribe e França.

A proposta de construção de uma ponte ligando as duas margens do rio Oiapoque, rio-limite entre Brasil e França emerge na Segunda reunião da comissão mista em 1997 (ADAP, 1997). Surge da negociação de do executivo local e ganha relativo apoio dos chefes de Estado dos dois países. O acordo franco-brasileiro relativo à construção da ponte, no entanto, somente é firmado em 15 de julho de 2005 durante a visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Paris, ratificado em 2006 no Brasil e em 2007 na França (Decreto Nº 6.250, de 6 de Novembro de 2007).

A obra começou a ser construída por empresa brasileira, em 2009 e foi concluída em 2011 e somente estará em pleno funcionamento quando todos os postos de fronteira estiverem concluídos. A obra foi planejada sem os postos de fronteira, apenas foi inserido em 2009.

A inauguração da ponte binacional têm concentrado as atenções e todos os esforços diplomáticos de ambos os lados e suscitado debate de diferentes atores pelo seu caráter estratégico, também se insere em uma vontade mútua de desenvolvimento dos dois países, através da fronteira entre o Amapá e Guiana Francesa, antes mesmo dos impactos relativos a sua implantação ela se insere como símbolo das relações bilaterais entre França e Brasil (d'hautefeuille, 2011). O acordo sobre a Ponte foi assinado em 15 de julho de 2005, na ocasião da visita do presidente Luís Inácio Lula da Silva na França e ratificado por um decreto

presidencial em 2006 e pela França pela lei de 18 de janeiro de 2007 e ratificado pelo encontro dos dois presidentes a cidade de Saint-Georges em 2008 (Foto 3 e 4).

Foto 3: Encontro do Presidente Lula e Sarkozy na fronteira entre Amapá e Guiana Francesa em 2008, em frente à maquete da futura ponte binacional.



Fonte: Agência Brasil (2008).

Foto 4: Ponte Binacional concluída.



Fonte: Trabalho de campo. Dez. de 2011.

O acordo sobre a ponte prevê que cada parceiro realize as suas vias de acesso e postos de regulamentação fronteiriça, para o melhor acompanhamento

foi estabelecido duas comissões, que seriam responsáveis de coordenar as diferentes etapas do projeto: uma intergovernamental e a outra técnica.

Até o presente momento (Janeiro de 2013) houve várias especulações para a inauguração da ponte binacional, mas todos sem o devido cumprimento. A obra da ponte encontra-se totalmente concluída, no entanto aguarda-se a efetivação das obras dos pontos de regulamentação fronteiriça. Dentro os entraves, elencamos cinco impeditivos para a sua inauguração:

1. Enquadramento ambiental, por meio de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA);
2. Descoberta de artefatos arqueológicos em ambos os lados;
3. Condição Logística (escassez de materiais para a construção e deficiente estado das estradas de acesso a região);
4. Atraso na construção dos postos de fronteira do lado brasileiro, sendo que o lado francês está totalmente construído (Foto 5);
5. E outro no campo diplomático referente às questões dos garimpos ilegais na Guiana Francesa, que seriam acelerados com a implantação da ponte, onde o lado francês pressionar os parceiros brasileiros a tomar uma posição diante da situação.

Foto 5: Postos de Fronteira do lado Francês



Fonte: Trabalho de campo, 2010

Os postos de fronteira e as questões referentes à circulação de pessoas e mercadorias são pontos de grande discussão nas CMTs anteriores e ainda se mantêm nas agendas das futuras reuniões. No caso dos postos de fronteira, estas obras são essenciais em zonas de fronteira para que a circulação possa se efetivar entre dois países. As normas tendem a ser complexas e conflituosas devido às diferentes legislações tanto sul-americanas e da UE.

O uso de postos de fronteira, que integra a aduana para transportes de cargas, alimentação; circulação de veículos e pessoas são entendimentos essenciais para a inauguração da ponte binacional. Atualmente, um dos pontos mais debatidos nas CMTs consiste no seguro de pessoas e de veículos para garantir a circulação de pessoas e mercadorias. Um acordo sobre transporte e mercadorias encontra-se em discussão nas esferas nacionais e locais para que sejam definidos pontos que dizem respeito à circulação de veículos, como exemplo a entrada de caminhões brasileiros no território francês, a saída seria a construção de um entreposto para o transbordo de mercadorias, o que encareceria muito a mercadoria, por conta dos fretes.

3.5.3 Projeto Infovia Guiana Francesa - Amapá

Além da ponte binacional outro projeto em bastante discussão e muito divulgado na mídia regional é o projeto Infovia Guiana-Amapá. Neste sentido, o projeto se justificaria por conta de um isolamento digital do Estado do Amapá, e da deficiente estrutura para atendimento de internet, que ainda conta com uma tecnologia via satélite, considerada pelos especialistas da área, como muito cara e pouco viável para a região devido às condições ambientais e geográficas e pelo encarecimento dos serviços fornecidos por meia dúzia de empresas no Estado. Por outro lado, a Guiana Francesa acessa a rede mundial via cabo submarino chamado *Américas II*, e em breve também pela “*Global Caribbean Network*”, a qual oferecerá uma capacidade 20 vezes superior ao primeiro e com custos de conexão três vezes menor, superior a uma redundância (2 cabos) e que cria uma proteção de qualquer risco de ruptura, possibilitando numa maior confiabilidade na transmissão. No entanto, utiliza apenas 5% do seu potencial de transmissão por conta do reduzido número de habitantes (Projeto Infovia, 2008).

Diante desse contexto, os representantes da CCIG e ADAP apresentaram conjuntamente a incorporação na pauta da CMT de 2009 em Macapá o projeto Infovia atualmente chamado de Banda Larga. Tecnicamente, ficou definido, pelos técnicos envolvidos no projeto de maneira emergencial: a conexão por pontos via rádio (entre 10 e 20 pontos de transmissão de acordo com estudo do relevo) que permitem encaminhar o tráfego do IP por radiodifusão terrestre até Oiapoque, utilizando um projeto já em andamento por conta dos postos de fronteira do lado da Guiana Francesa. No segundo momento, seria viabilizada a instalação de uma fibra ótica, interligando pelo lado francês a cidade de Caiena e Saint-Georges e do lado brasileiro, aproveitando a estrutura já montada da ponte binacional chegando até Oiapoque e de lá, enterrada ao longo da BR 156 até a cidade de Calçoene (250 km de Oiapoque). De Calçoene até Macapá a conexão seria realizada pela estrutura da Eletronorte.

O governo do estado do Amapá possibilitaria o acesso ao estado, em contrapartida as escolas e órgãos públicos de Oiapoque à Macapá seriam beneficiados por este projeto. A possibilidade do acesso à tecnologia banda larga trouxe inúmeras expectativas para a população amapaense, o acesso mais rápido as redes de informática, telefonia sobre IP (Protocolo de Internet), estudos à distância, telemedicina, e outras possibilidades. Por outro lado a Guiana Francesa busca ter acesso ao sistema energético brasileiro através do Linhão de Tucuruí, com previsão de chegar em breve ao Amapá que interligará o estado ao sistema nacional de energia.

O Projeto Infovia é emblemático, no aspecto de negociações dos atores locais com as instâncias nacionais, as negociações foram realizadas a partir de técnicos do Amapá e Guiana Francesa, nascendo de conversas com empresários daquele departamento ultramarino e expandindo para os gestores e políticos locais que aderiram a ideia. Foi colocado em pauta na CMT de 2009, pelo MRE, e ampliando a discussão para o Ministério das Telecomunicações e empresas privadas brasileiras do ramo de telecomunicações.

Em 2010, durante a CMT foi definido um grupo de trabalho binacional formado por empresários da CCIG, ADAP e Ministério das Telecomunicações. O projeto seria definido em Brasília nos moldes das ações executadas em Roraima, que utilizou a Cooperação Transfronteiriça com a Venezuela para a interligação via cabos de fibra

ótica. Projetavam-se 3 reuniões do GT binacional composto pelo órgãos federais e estaduais, sendo eles: IBAMA, FUNAI, Empresa OI, MT, ADAP, GUYACOM, CCIG, Empresa InfoVia e Conselho Regional da Guiana Francesa. Esta comissão, sob os auspício do MRE, possibilitaria mais rapidez e eficácia nas autorizações concernentes às terras indígenas e regulamentos ambientais exigidos para a implantação do ao longo da BR 156.

Do lado francês as ações estavam pulverizadas entre a Guyacom e a Empresa Infovia e mais tarde com a concessionária France Telecom visualizando a possibilidade de vender o acesso aos brasileiros através do estado do Amapá também se juntou ao projeto. A empresa Guyacom teve o apoio para esse projeto pelo POA, que patrocinou o estudo de viabilidade e os equipamentos de radio transmissão até Macapá.

Segundo a ADAP (2008) todo o arcabouço legal necessário para a implantação do projeto, no que diz respeito às normas internacionais foi executado, como: a incorporação do tema na pauta da declaração conjunta entre os presidente Nicolas Sarkozy e Lula da Silva na ocasião da visita francesa em Brasília, entre 6 e 7 de setembro de 2009. A declaração prevê dentro do eixo de cooperação transfronteiriça,

Os dois presidentes coincidem quanto à importância do uso, pelo Estado do Amapá, da capacidade não-utilizada do terminal de fibras ópticas de Saint-Georges de L'Oyapock, o que facilitaria a instalação de postos de controle de fronteira em ambos os lados e a inclusão digital dos habitantes daquele Estado" (MRE, Declaração Conjunta Brasil-França, 2009, pg.07).

Em 2012 houve o anúncio oficial do projeto pelas autoridades locais. Neste mesmo ano, os cabos de fibra ótica de Caiena chegaram à Oiapoque, que será a primeira a ser a primeiro município atendido com internet de alta velocidade, até o momento os cabos ainda não chegaram à Macapá.

3.5.4 - Cooperação transfronteiriça e o movimento de pessoas

Motivo de vários momentos de embates e conflitos diplomáticos em relação à fronteira, o trânsito de pessoas configura-se em uma das principais motivações para o diálogo de negociações diplomáticas na contemporaneidade, principalmente por

ser atribuído o caráter discriminatório de rede de ilegalidade, prostituição e tráfico de drogas, degradação ambiental e exploração aurífera ilegal.

O Estado do Amapá possui fronteiras territoriais com a Guiana Francesa, o Suriname, o Oceano Atlântico e o Estado do Pará. O local de maior permeabilidade (interação) transfronteiriça do Amapá, esta na relação das cidades de Oiapoque (Amapá) e Saint Georges (Guiana Francesa) além do seu ponto de contato com o Suriname. Aqui vamos destacar a fronteira internacional entre Amapá e Guiana Francesa por onde passam um grande fluxo de pessoas, mercadorias, sejam licitas ou ilícitas.

A cidade de Oiapoque fica a meio caminho da rota de migração para a Guiana Francesa. Para os migrantes, depois de uma longa viagem, o que poderia ser o ponto de chegada é, na verdade, o lugar para uma breve parada e retomada a viagem em busca do *lugar de destino*. O rio é o limite entre as cidades de Oiapoque (Amapá) e Saint-Georges (Guiana Francesa), e a viagem (a travessia do rio) é feita em lancha conhecida na região como *Catraia*.

A viagem para a Guiana Francesa pode ser feita de duas formas: de carro pela estrada ou pelo rio através das catraias. As duas formas implicam não apenas modalidades de transportes diferentes, mas acima de tudo na condição de entrada em território francês - com ou sem documento, com ou sem autorização, portanto, legal ou clandestino. A viagem autorizada é feita com passaporte ou, portanto o documento que permite a permanência em território Francês (*Carte Séjour*). Para entrar legalizado na Guiana Francesa, o brasileiro é obrigado a comprovar residência e emprego no Brasil, assim como informar o endereço em que ficará no território francês. Já para àqueles que não cumprem as exigências de documentos e, portanto, de entrar legalizado na Guiana Francesa, resta arriscar a viagem de forma clandestina, correndo o risco de ser apanhado pela polícia francesa de fronteira.

Segundo Silva e Vieira (2013) a rota de migração é estabelecida em quatro níveis e são principalmente pela via rodoviária,

1º nível: Macapá – Oiapoque – Guiana Francesa – Suriname;

2º nível: Belém – Macapá – Oiapoque – Guiana Francesa – Suriname;

3º nível: cidade do Pará – Belém – Macapá – Oiapoque – Guiana Francesa – Suriname;

4º nível: estado de outra região – Belém – Macapá – Oiapoque – Guiana Francesa – Suriname.

Saem todos os dias para Oiapoque ônibus da rodoviária de Macapá e também através do transporte alternativo carros modelo 4x4. Do lado da Guiana existem vans as chamadas *navettes* que fazem o transporte entre Saint-Georges e Caiena. No entanto os migrantes ilegais vão por intermediação de pessoas que já conhecem as rotas, semelhantes aos coiotes que fazem o trânsito dos clandestinos na fronteira do México para os Estados Unidos, que vão através das “catraias”¹⁹ saindo em caminhos por dentro da mata nos arredores de Caiena.

A polícia francesa (*Gendarmerie*), sempre foi bastante atuante na região, mas após os anos 1990 tem intensificado o combate a migração ilegal. Um dos dispositivos para a contenção dos imigrantes ilegais é a obrigação do visto, na rota Saint-Georges – Caiena há duas barreiras uma em Saint-Georges (polícia de fronteira- PAF) e a outra realizada pela *gendarmerie*.

As deportações são presenciadas todos os dias sejam em Saint-George ou mesmo no vôo entre Caiena e Belém, na sua maioria procuram abrigo na prefeitura de Oiapoque, que não possui condições administrativas de acolhimento aos deportados, visto que o município de Oiapoque e o Amapá não possuem instituição para assegurar os direitos dos deportados. Muitos deles ficam presos 2 a 3 dias em delegacias na Guiana após o registro são enviados a Belém, Manaus ou deixados no Oiapoque apenas com a roupa do corpo.

Em 1999, 7.000 pessoas nativas do Brasil residiam na Guiana. Elas representavam 17 % dos imigrantes. Chegados desde 1965, frutos de dificuldades econômicas do Brasil e motivados principalmente por melhores condições de vida, mobilizados pela construção da base espacial de *kourou*. O que significou em um aumento de brasileiros de 29% no curso do período. Devido ao reagrupamento familiar o aporte migratório tornou-se feminizado: as mulheres representavam 42% da imigração brasileira em 1990 e 50% em 1999 (INSEE, 2005).

Um detalhe deve ser colocado para podermos entender a migração para a Guiana francesa, a França estabelece a qualidade de imigrante a partir da situação do nascimento do indivíduo. De acordo com o atlas da imigração na Guiana

¹⁹ Pequenas embarcações com motor que fazem o transporte nos rios da região e entre Oiapoque e Saint-Georges.

elaborado pelo INSEE²⁰ em 2005, na Guiana 27% da população é imigrante: 9 % são nativas do Suriname, 7 % do Haiti, 4 % do Brasil, 2 % da Guiana e 2 % da China e de Saint Lucie. Sendo que os pontos de migração dentro do território guianense variam. Por outro lado, atualmente o consulado brasileiro contabiliza 6.752 imigrantes legalizados, porém estima-se que haja aproximadamente 20.000 contabilizando com os ilegais que vivem na Guiana²¹.

A forte migração brasileira neste departamento ultramarino contribuiu para a formação de bairros como a Matinha e Cabaçú, que após o início da construção de um conjunto habitacional popular chama-se L'Arc de Ciel. Além dos fenômenos mencionados, outros constituem a forte presença brasileira e a tentativa de construção da nação em terras estrangeiras, como a celebração do círio de Nazaré, festas juninas e o carnaval que é realizado durante o ano inteiro com desfiles de miss, blocos de ruas, bailes e o desfile de carnaval juntamente com o carnaval tipicamente Guianense no mês de fevereiro.

Hoje a Guiana conta com mais de 20 mil brasileiros segundo dados do INSEE, destes conheci seu Antonio, pai de uma amiga Gabrielle que nos levou gentilmente a casa do seu pai no bairro denominado de "Matinha", seu Antônio nos contou que vive a mais de 30 anos na guiana, fala pouco o idioma francês e possui visto permanente. As condições da casa são boas, mas o bairro não possui saneamento básico e os terrenos são divididos por cercas de madeira. Na casa do Sr. Antônio possui antena parabólica e assiste constantemente assistindo as emissoras de TV do Brasil, a casa é toda decorada com motivos brasileiros e tem bem na parede o escudo de um time carioca.

A língua portuguesa também é um dos elementos primordiais nesta construção da representatividade dos imigrantes brasileiros na Guiana, devido a cooperação com o Amapá foi fortemente incentivada nas escolas públicas da Guiana.

A Carte Séjour²² é considerada um tesouro para os brasileiros que vivem na guiana, pois através deste eles podem ter livre circulação e o acesso ao mercado de

²⁰ Instituto Nacional de Estatística, equivalente ao IBGE no Brasil.

²¹ Dados coletados em visita de campo em 2011, entrevistas ao consulado do Brasil em Caiena, conversas informais com brasileiros residentes na Guiana e entrevista ao Sr. Hermenegildo, presidente da DAAC (associação de apoio aos imigrantes, assistência jurídica, ensino do francês, esporte, etc.)

²² Espécie de visto permanente que pode variar de 5 a 10 anos mediante comprovação da residência e dos anos morando na Guiana francesa.

trabalho. No entanto, para obtenção do documento é necessária comprovação da boa fluência na língua francesa, anos morando na Guiana, entre diversos documentos, porém de acordo com o senhor Hermenegildo, presidente da Associação Guyane Développement Animation Accompagnement Coopération - DAAC, diversos brasileiros, mesmo morando a 20 ou 30 anos por lá não tem boa fluência na língua francesa, muitos ficam restritos aos grupos de brasileiros e/ ou por diversas razões não desenvolvem a língua prioritária do daquele departamento.

Diferentemente da França metropolitana onde não é necessária a obrigatoriedade do visto de entrada no país, no departamento guianense é rigorosamente exigido. Devem-se comprovar para a devida obtenção os objetivos da viagem, seguro viagem, reserva de hotel ou local da hospedagem entre outros documentos para obtenção do visto. Até 2011, o visto apenas era expedido em Brasília, mesmo já tendo a embaixada francesa um cônsul honorário no Amapá, que devido a questões administrativas não podia emitir o visto e apenas reunia os documentos para enviarmos a Brasília. Após diversos pedidos diplomáticos do governo brasileiro e amapaense, hoje, os vistos são emitidos em até 24 horas, mediante comprovação dos objetivos da viagem naquele departamento.

A migração constitui um dos pontos nevrálgicos das negociações entre Brasil (Amapá) e França (Guiana Francesa) e as medidas que possam amenizar o intenso fluxo de pessoas e mercadorias se estendem ao longo dos anos. Como exemplo emblemático foi que em 2009 durante a reunião da Comissão Mista Transfronteiriça²³ em Caiena, houve uma intensa discussão entre franceses e brasileiros, a presença do presidente da associação em prol dos brasileiros na Guiana incomodou o lado francês.

Em 2011, em Macapá a deputada francesa Judith Toubira expressou de maneira enfática a posição francesa solicitando uma solução mais enérgica das autoridades brasileiras (Amapaenses) sobre migração ilegal para a Guiana e a necessidade de estabelecer um dispositivo sobre a circulação de pessoas dentro da zona transfronteiriça, onde possam definir um perímetro geográfico de aplicação do estatuto fronteiriço Brasil e França²⁴.

²³ Principal reunião para acompanhamento da cooperação transfronteiriça prevista no artigo 6^o do acordo-quadro de cooperação Brasil-França.

²⁴ Registro verbal da VII Reunião da Comissão Mista Transfronteiriça

A migração constante de brasileiros para a Guiana Francesa através do Estado do Amapá cria uma intensa mobilidade populacional na região de fronteira. Brasil e França buscam resolver os problemas e/ ou ameniza-lo e para isso criou-se nos últimos anos um campo de atuação política, através da diplomática entre os representantes dos dois Estados nacionais, através reuniões periódicas e em comissões.

Para Silva (2012) existem quatro níveis de interlocução no espaço internacional e transnacional da fronteira comum entre Amapá e Guiana Francesa, quais sejam:

- a) O nível das populações locais: neste nível tem-se o trânsito das pessoas (migrantes ou pessoas de passagem) no espaço ampliado da fronteira, o qual se limita não somente em um lado do rio (em um único país). São migrantes oriundos de vários locais do Brasil, os moradores da cidade de Oiapoque, os grupos indígenas e a população guianense. Para as pessoas que se movem de um lado a outro da fronteira, os limites nacionais são, na maioria das vezes, de pouca relevância. Aqui, há um nível de integração por meio do contato direto em diferentes formas das relações sociais e atividades – trabalho, saúde, educação, negócios, turismo, relações sentimentais, atividades comerciais, divertimentos, etc.;
- b) O nível dos governantes das cidades gêmeas: neste nível, há uma interlocução entre as prefeituras das cidades de Oiapoque e Saint-Georges, buscando dirimir problemas que afetam o cotidiano das duas cidades e que muitas vezes não chegam ao conhecimento das autoridades regionais e nacionais. Um exemplo são os atendimentos médicos a pacientes brasileiros realizados na cidade de Saint-Georges;
- c) O nível regional, representado pelos governos do Amapá e da Guiana Francesa: este nível envolve governadores e políticos do estado do Amapá e da Guiana Francesa. Periodicamente há reuniões e encontros regionais, com pautas específicas e de interesse dos dois governos. Pelo lado do Amapá, é preciso distinguir a atuação de dois atores: o governo e o parlamento. O governo articula acordos e cooperações em assuntos como educação, saúde, esportes, turismo, meio ambiente, intercâmbios, participação em feiras em ambos os lados. Por sua vez, os parlamentares das esferas federais e estaduais se mobilizam para fazer pressão política e

resolver problemas específicos sobre o trânsito de migrantes para a Guiana Francesa, particularmente com críticas sobre a política francesa de combate à migração ilegal e pressões para a flexibilização da legislação francesa voltada à entrada de pessoas em território francês. Por vezes os parlamentares federais e estaduais se unem em torno dos problemas emergentes na fronteira e reúnem no Ministério das Relações Exteriores e na Embaixada da França no Brasil. As demandas principais dos parlamentares são direcionadas para equacionar o tratamento repressivo aos brasileiros na Guiana Francesa, a implantação de uma representação do consulado brasileiro na fronteira, diminuição da burocracia para concessão do visto de entrada na Guiana e criação de oportunidades de trabalho. Na verdade, a intenção maior dos parlamentares é no sentido de que houvesse efetivamente uma flexibilização na legislação francesa para que os brasileiros não sofressem perseguição policial, com expulsão de volta ao país, como tem sido atualmente. Em 2011, foi anunciada a concessão de visto pelo consulado francês no Amapá, assim como o anúncio da implantação de um consulado brasileiro na cidade de Saint George;

- d) O nível dos Estados nacionais – Brasil e França: neste nível tem-se a atuação da diplomacia formal dos dois países, dialogando com base na legislação de cada Estado e os acordos entre ambos. Aqui podemos distinguir dois planos de interesses constituídos de maneira dialética: de um lado, procura-se preservar a legislação e os interesses de cada Estado nacional; de outro, existem os interesses regionais, que muitas vezes estão em desacordo com aqueles definidos dos Estados. Deste modo, sobrepõem-se os interesses dos Estados sobre os regionais e locais, sobretudo para a manutenção das “boas relações” diplomáticas estabelecidas. Destarte, os interesses regionais e locais não podem se sobrepuser, de acordo com essa ideologia, à convivência harmoniosa entre os países.

Três projetos têm demonstrado uma relativa preocupação entre os dois países no sentido de dirimir os problemas em relação à migração de pessoas na fronteira: a casa do migrante, a instalação do vice-consulado em Saint-George e a Carta de

Circulação transfronteiriça. No entanto, ainda não passam de intenções, considerando o caráter prematuro dessas negociações.

3.5.5 Projeto de Criação de posto consular em Saint-Georges-de-L'Oyapock e em Oiapoque

O vice-consulado em Saint - George é fruto de grande demanda popular durante vários anos, começou a funcionar em 2009 de maneira itinerante, com atendimento duas vezes na semana. Com objetivo de orientar brasileiros que querem entrar ou sair da Guiana Francesa. A infraestrutura está em processo de montagem e da mesma maneira como a designação de funcionários para o atendimento em Saint-George.

Da mesma forma, a demanda por um posto consular francês em Oiapoque constitui-se como tema de discussão da população que necessita se deslocar à Macapá para a concessão de visto e todas as informações e demandas concernentes a entrada da Guiana Francesa. Até 2010, o consulado francês funcionava apenas como escritório da Embaixada no Amapá, repassado todas as demandas para a embaixada, após esse ano o consulado começa efetivamente a conceder vistos de entrada em até 24h.

3.5.6 Projeto Casa do migrante

A Casa do Migrante no município de Oiapoque foi inaugurada em 04 de novembro de 2011 pelo ex-ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi na ocasião da Semana do Trabalhador Brasileiro na Guiana Francesa. O objetivo deste projeto é orientar os brasileiros que cotidianamente trafegam entre o estado do Amapá e a Guiana Francesa fornecendo informações sobre seus direitos e deveres como migrantes, os riscos da migração sem documentos e os apoios existentes no Brasil para seu retorno. Nesta ocasião o ex-ministro se reuniu com mais de 100 catraieiros os quais estão preocupados com a perda de renda que deverão ter com a inauguração da ponte binacional sobre o rio Oiapoque (MTE, 2011).

A casa do migrante é fruto de uma demanda popular e executado com o apoio do consulado do Brasil em Caiena. Atualmente, existe uma unidade de atendimento no Super Fácil da cidade de Oiapoque e ainda está deficiente de infraestrutura para melhor atendimento à população.

3.5.7 Projeto de Carta de circulação transfronteiriça

A livre circulação de pessoas na região fronteira de Oiapoque e Saint Georges remonta ao início da civilização na região, a circulação dos povos indígenas e demais populações sempre foi presente na região. Essa verificada pelo grande laço cultural, sociais e econômicos fortemente presentes dos dois lados da fronteira.

No entanto, essas populações são impossibilitadas de entrar devido às normas internacionais e ou de documentação exigidas pelo departamento ultramarino, que segue as normas da política de circulação da UE, que várias vezes vão de encontro as realidade vividas pelos moradores Saint-Georges e Oiapoque. Contudo, a implementação de uma carta de circulação transfronteiriça para os habitantes de Oiapoque facilitará a entrada nas comunas da zona de fronteira da Guiana Francesa (Ouanari, Saint-Georges-de-l'Oyapock e Camopi) sem a necessidade de visto no passaporte. O projeto passa pela agenda da CMT desde 1999 (ATA, 2002) e depende principalmente de uma intensa negociação bilateral entre Brasil-França.

3.5.8 O conselho da Bacia do Rio Oiapoque

Da mesma forma a comissão mista propõe que as autoridades locais possam buscar soluções no sentido de minimizar as preocupações na zona fronteira e colocam neste momento a proposição o conselho do Rio Oiapoque, sobre o modelo que já existe no Rio Maroni, entre a Guiana e Suriname,

Organismo consultivo, surgido da CMT, o conselho do Rio Oiapoque, será uma instância restrita de 4 a 5 pessoas por país, escolhidas no nível local, o mais especialista e terá que ter vocação para tratar dos temas concretos de segurança, das transfronteiriças, de imigração, educação, saúde, desenvolvimento econômico (Ata da CMT, 2011).

O conselho terá igualmente governança para certas iniciativas de desenvolvimento regional e de integração transfronteiriça. Dentro dos fatos, o Conselho do Rio apenas começou a ser implantado no fim de 2011 com uma reunião em Oiapoque, no entanto sua lista de participantes ainda não está definida.

3.5.9 Cooperação Transfronteiriça em Ciência, Tecnologia e Inovação.

De acordo com o Manual de Orientações (2005) a Cooperação técnica internacional é caracterizada como o trabalho em comum entre instituições,

constituído de um conjunto de atividades que visam à transferência, a absorção e o desenvolvimento de conhecimentos específicos, que podem ser por meio da capacitação técnica, consultoria especializada e aumento da infraestrutura.

As instituições de pesquisa têm utilizado como fomento e ampliação dos níveis técnicos e administrativos a Cooperação Técnica transfronteiriça -CTT, o que vem crescendo gradativamente nos últimos 15 anos, acompanhado do fortalecimento das Instituições de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado do Amapá, no entanto considera-se um estágio tímido se comparado a outros estados da Amazônia Legal. Neste sentido, podemos elencar alguns pontos de entrave para o desenvolvimento das iniciativas de CTT tais como:

- a) Baixa fluência dos pesquisadores na língua francesa e inglesa;
- b) Desconhecimento dos trâmites para o acesso ao visto de entrada na Guiana;
- c) Altos custos para as missões até o lado francês; e
- d) Escassez e ou desconhecimento das linhas de pesquisas dos homólogos Franceses e ou Amapaenses.

A CTT consiste em uma das modalidades de cooperação mais atuantes no Amapá, muitas dessas ações executadas e ou em fase de estabelecimento. No momento são 12 iniciativas, que se expandem nos campos do conhecimento: biodiversidade, ciências humanas e sociais, sensoriamento remoto, recursos aquáticos e saúde (Quadro 7)

Quadro 7 – Principais iniciativas de CTT em Matéria de Ciência e Tecnologia.

Tema	Instituições	Objetivos	Situação atual/Perspectiva
Programa de Interação Técnico-Científico Amapá/Guiana Francesa - GUYAMAZON	Fundação Tumucumaque, Amapá/Embaixada Francesa, AIRD, CIRAD e Região Guiana.	Motivar a colaboração franco-brasileira em pesquisas científicas e técnica com ações transfronteiriças.	São 5 projetos selecionados e estão em fase de execução até 2014.
Pesquisas Arqueológicas	IEPA/ INRAP	Colaboração em pesquisas nos sítios arqueológicos, principalmente em Oiapoque e Saint Georges.	Há troca de experiências de campo, compartilhamento de metodologias, participação em cursos de capacitação, oferecidos aos funcionários do INRAP e IE/PA, troca de dados. Foram feitas pesquisas e resgate conjunto para a construção da ponte binacional com publicação e exposição sobre a ponte.
Estudo entomológico e epidemiológico de malária na área de fronteira do Amapá e Guiana Francesa	LACEN/INSTITUTO PASTEUR	Cooperação técnica de identificação de vetores de malária	Atualmente foi aprovado um mestrado profissional em saúde para os técnicos do LACEN, ajudados por esta cooperação.
Rede de colaboração técnico-científica/ BIODIVA/ OSE Guyana/ PROCLAM	IEPA/ EMBRAPA/UNIFAP/IRD/EMILI O GOELDI	Rede de colaboração técnica-científica para estudos dos ecossistemas costeiros amazônicos tendo o sensoriamento remoto como ferramenta transversal. Criação de uma base de referência por satélite do Platô das Guianas (Amapá, Guiana Francesa, Suriname) a partir dos dados da estação SEAS / Guyane.	A rede iniciou em 1992 no âmbito do Programa SILVOLAB. A cada dois/três anos é realizado um workshop agregando pesquisadores e gestores que atuam na região costeira amazônica. O NuPAq atualmente exerce a coordenação e secretaria executiva da Associação de Pesquisadores da Costa Amazônica-ECOLAB Brasil formada para agregar os pesquisadores da rede no Brasil. Outra associação congênere existe na França.
	IEPA/ EMBRAPA/UNIFAP/IRD/EMILI O GOELDI	Estabelecer uma metodologia reprodutível para a cartografia dos ecossistemas costeiros amazônicos e que possa subsidiar a gestão das áreas costeiras a partir de dados e ferramentas de sensoriamento remoto. Estabelecer indicadores de vulnerabilidade dos ecossistemas costeiros.	Em fase de finalização para difusão de resultados. Programa elaborado no âmbito da cooperação ECOLAB.

Centro Franco-Brasileiro da Biodiversidade Amazônica	Diversas instituições brasileiras	Promover o fortalecimento da capacidade científica e tecnológica instalada em ambos os países; Elaborar e executar, pelas equipes de pesquisa, projetos conjuntos de pesquisas científicas e tecnológicas; Elaborar estudos e propostas de mecanismos operacionais para a integração dos setores públicos e privados.	Lançado a chamada de projetos pelo MCTI, encontra-se em execução.
Projeto BIOFLOR	EMBRAPA/ GRED/ CIRAD IEPA/IRD/UMR/ IRR/UMR/AMAP/	Monitoramento e valoração do carbono: Modelos de distribuição espacial da biomassa em ecossistemas tropicais	Em execução, financiado pelo GUYAMAZON
Projeto INTERAMAZ	UNIFAP/UAG/ UMR/ECOFOG/ UAG/CNRS/CIRAD/INRA/AGR OPARISTECH /KOURU-CAYENNE ICSN/GIF-SUR-YVETTE CNRS-GUYANNEUMR PALOC (MNHN,IRD)	Avaliação das atividades antioxidante e antiinflamatórias de plantas da farmacopeia amazônica/ Do sinal de interação à molécula na região amazônica da fronteira entre a Guiana Francesa-Amapá.	A cooperação possibilitou a implantação do mestrado em Ciências Farmacêuticas e está possibilitando futuras patentes de produtos farmacêuticos conjuntas; financiado pelo GUYAMAZON
FRONTAGUI	UNIFAP/ Universidade de Montpellier CIRAD/UAG/	Biodiversidade na Fronteira: Dinâmica das práticas e arranjos institucionais	Implantação do financiado pelo GUYAMAZON

Fonte: ADAP (2010 2012); IEPA (2010) / Fundação Tumucumaque (2012).

3.5.10 Programa de Interação Técnico-Científico Amapá/Guiana Francesa – GUYAMAZON.

Fruto de uma demanda antiga dos pesquisadores da região amazônica, especialmente Amapá e Guiana Francesa. O Guyamazon é resultado de articulação institucional entre a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amapá – Fundação Tumucumaque e L'Agence Inter-établissements de recherche pour le développement- AIRD, implicou na abertura do Edital “Interação Técnico-Científica Amapá/Guiana Francesa”, para o financiamento de projetos em um montante de R\$ 50 mil (cinquenta mil reais) por projeto selecionado no Brasil e €100 mil (cem mil euros) para os projetos franceses objetivando a capacitação e a mobilidade de técnicos e pesquisadores.

Da mesma forma, foi promovido em junho de 2010 o Seminário de Ciência, tecnologia e Educação que possibilitou que os contemplados dos projetos pudessem apresentar suas pesquisas em conjunto com o lado francês. Esta iniciativa foi realizada através da parceria entre o Conselho Nacional de Secretários para Assuntos de Ciência, Tecnologia e Inovação (CONSECTI), da Secretaria da Ciência e Tecnologia do Estado do Amapá (SETEC/AP) e da Embaixada da França no Brasil.

Foi a primeira vez que recursos financeiros foram destinados pelo governo do estado ao apoio da modalidade de cooperação transfronteiriça científica o que possibilitou alguns importantes resultados: a implantação do curso de mestrado em ciências farmacêuticas, a criação do observatório da Fronteira- OBFRON, e já em fase de execução o processo de algumas patentes.

3.5.11 Centro Franco-Brasileiro da Biodiversidade Amazônica

O Centro Franco-Brasileiro da Biodiversidade Amazônica (CFABB), fruto do acordo firmado no Rio de Janeiro em 23 de dezembro de 2008, constitui-se na criação de um centro composto de redes de pesquisa dos dois países para a realização de projetos conjuntos nas áreas de científica e tecnológica estabelecidos de comum acordo e articulados para utilizar a infraestrutura técnica de seus territórios nacionais a fim de promover interações espaciais no campo técnico-científico e executar projetos conjuntos no campo da biodiversidade. A proposta

levará em consideração a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB²⁵) de que os dois países são signatários.

O CFBBA tem por objetivo também formar mais especialistas em biodiversidade amazônica, bem como possibilitar o desenvolvimento das pesquisas de recursos genéticos do bioma e o acesso aos conhecimentos tradicionais e o desenvolvimento de produtos. Trata-se de um centro sem estrutura própria, que utiliza a infraestrutura de pesquisa em matéria de biodiversidade dos dois países para desenvolver suas atividades.

As atividades do CFBBA são coordenadas por um conselho binacional e um comitê cujos membros são oriundos dos dois países. No contexto da assinatura do centro, ficou acordado que o Brasil enviará alunos de cursos profissionalizantes para escolas da França e receberá um estaleiro francês no estado do Rio de Janeiro (RJ) que irá produzir cinco submarinos, um deles movido à energia nuclear. E estabeleceram também um contrato para a construção de 50 helicópteros militares com tecnologia francesa no estado de Minas Gerais (AMBIENTE BRASIL, 2009).

3.5.12 Colaboração em pesquisas em sítios arqueológicos

As pesquisas no âmbito da pesquisa sobre arqueologia possibilitam a colaboração sobre descobertas de sítios arqueológicos na bacia do Oiapoque, sobretudo em Oiapoque e Saint Georges de l'Oyapock. Entre os resultados, as trocas das pesquisas entre o INRAP e IEPA possibilitaram que os pesquisadores fizessem um resgate de toda a história dos antigos povos da região, apresentado no Seminário sobre o resgate realizado na obras da Ponte sobre o Rio Oiapoque que aconteceu simultaneamente em 2012 em Caiena e Macapá.

Além das trocas de experiências de campo (usos de metodologias diferentes), participação em cursos de capacitação oferecidos aos pesquisadores

²⁵ A Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB é um dos principais resultados da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento - CNUMAD (Rio 92), realizada no Rio de Janeiro, em junho de 1992. É um dos mais importantes instrumentos internacionais relacionados ao meio ambiente e funciona como um guarda-chuva legal/político para diversas convenções e acordos ambientais mais específicos. A CDB é o principal fórum mundial na definição do marco legal e político para temas e questões relacionados à biodiversidade (168 países assinaram a CDB e 188 países já a ratificaram, tendo estes últimos se tornado Parte da Convenção) (cf. <<http://www.cdb.gov.br/CDB>>).

das duas instituições e publicações conjuntas. Em 2012, o Instituto de Pesquisa do Amapá recebeu a primeira estudante francesa em estagio doutoral no Centro de Pesquisa do IEPA.

Em 2012 a equipe do IEPA e Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural - IPHAN realizaram um resgate a pecas roubadas do acervo do Amapá, o resgate só foi possível devido as parcerias com o INRAP e consulado do Brasil em Caiena, onde essas pecas foram apreendidas pela policia francesa identificação e as devidas providências junto a policia francesa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A era da globalização e a aceleração da informação trouxeram formas flexíveis de governança internacional, substituindo as rígidas estruturas governamentais do Estado-nação. Desta forma, a atuação dos estados subnacionais vem atuando de forma mais atuante.

A região fronteira entre Amapá e Guiana Francesa tem intensificado suas relações formais estabelecidas a partir da diplomacia nacional dos estados nacionais Brasil e França, no entanto devido a proximidade as ações de cooperação acontecem frequentemente independente das estruturas institucionais formais.

Podemos tomar os fluxos de pessoas na região fronteira, mobilizadas principalmente pela abertura de fronteiras trazidas pelo fenômeno da globalização, mesmo a migração não sendo o foco principal deste trabalho, consideramos que sua exposição constitui um dos pontos mais delicados das negociações em termos diplomáticos voltados a fronteira. E vem necessitando de uma reformulação das instituições do Amapá, para um melhor diálogo entre os governos locais e o Itamaraty. Desta forma, oportunizando uma organização e articulação mais eficaz no processo de negociação. Tais negociações são centradas pelo Itamaraty, no entanto como vimos a partir do acordo quadro de cooperação Brasil – França começam a surgir pequenas iniciativas para a inserção dos atores locais, e estas devem ser maximizadas de forma que não haja uma exclusão total nem do Estado do Amapá e tão pouco da população de Oiapoque no estabelecimento de medidas de cooperação transfronteiriças.

A iniciativa de integração através de projetos como o da ponte sobre o rio Oiapoque deveria ser elemento de inserção dos segmentos sociais locais, e não apenas ficarem restritos aos governos. O governo federal poderia criar alternativas de indução e de governança capazes de atender os verdadeiros anseios da população que vivem na fronteira Amapá e Guiana Francesa.

Ocorre que este processo de implantação de projetos de cooperação ainda estão restritos aos gabinetes diplomáticos localizados em Brasília e Macapá. Na oportunidade do diálogo realizado pela Comissão Mista Transfronteiriça está restrito a alguns segmentos, como técnicos, empresários e políticos. Contudo podemos reconhecer que ainda há muitas limitações para que os poderes constituídos e

comunidade local possam participar como protagonistas da definição de políticas e projetos que incidem diretamente ou que passam pelo município.

Uma alternativa seria a intensificação da modalidade de cooperação descentralizada que vem ganhando cada vez mais adeptos dentro do governo brasileiro desde 2006, a 1ª reunião de cooperação descentralizada em Marseille - Fr. Consiste em uma modalidade de cooperação realizada diretamente entre os municípios e ou unidades departamentais e está mais próxima dos anseios locais. No entanto ainda não é uma modalidade oficializada, mas que já possui ações exitosas como na cidade do Paraná, São Paulo e Fortaleza nos projetos de mobilidade urbana, saneamento e meio ambiente.

REFERÊNCIAS

ADAP. Agência de Desenvolvimento do Amapá, vários documentos. 2006 a 2012.

ALVAREZ, Gabriel O. *MERCOSUL Ritual*. Políticos y Diplomáticos en la Política de Integración del cono sur. Brasília, 2000.

AROUCK, Ronaldo de Camargo. *Brasileiros na Guiana Francesa: fronteiras e construções de alteridades*. – Belém: NAEA/UFPA, 2001.

ARROYO, Mônica. *O processo da Globalização e a Integração Regional*. In STROHAECKER, Tânia Marques et al. *Fronteiras e Espaço Global*. Porto Alegre: Associação dos Geógrafos brasileiros – Seção Porto Alegre. 1998.

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

BECKER, Bertha K. *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004

BIKLEN, Sariknopp; BOGDAN, Roberto C. *Investigação Qualitativa em Educação*. Porto Editora, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *As razões Práticas: sobre a teoria e ação*. 9^o Edição, papyrus editora, 2008.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Divisão de Atos Institucionais. *Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e República Francesa*. Decreto nº 2.200 de 28 de maio de 1997. Disponível em: www.mre.gov.br/francoperacao.htm. Acesso em: 27/05/2009.

_____. Ministério das Relações Exteriores. Divisão de Atos Institucionais. *Declaração Conjunta Brasil/França*, Brasília 25 de maio de 2006.

BRITO, Fausto. O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. *Estudos Avançados*, USP, vol.20, nº 57, 2006, p.221-236.

BRUXELAS. Programa Operacional Amazônia (2007-2013): França – Guiana Francesa: Memo/08/387, 2008.

CARDOSO, Francinete do Socorro S. *Entre conflitos, negociações e representações: o contestado franco-brasileiro na última década do século XIX*. Belém: UNAMAZ; NAEA/UFPA, 2008.

CE (2003) Parecer do Comité das Regiões sobre «Estratégias para a promoção da cooperação transfronteiriça e inter-regional numa Europa alargada — um documento fundamental de orientação para o futuro». Comité das Regiões, Bruxelas.

CHELALA, Charles Achcar. *A magnitude do Estado na Socioeconômica Amapaense*. Dissertação de Mestrado no Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá. Macapá, 2008. Orientador: Jadson Luís Rebelo Porto.

CLEAVER, Ana J. T. *Imigração Brasileira e surinamense na fronteira ultraperiférica da União Européia: Uma análise sobre a imigração e o processo de construção da nação na Guiana Francesa*. In: Denise F. Jardim (Org.) *Cartografias da imigração: interculturalidade e políticas públicas*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, p.47 – 66.

COMISSARIADO TECNICO CONJUNTO. Relatório do Comitê de acompanhamento e Seleção (2011).

CURCIO, Renata V. *A GTZ no Brasil: Uma etnografia da cooperação alemã para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: E-papers: UFRJ, Laced, 2010.

D'HAUTEFEUILLE, Madeleine Boudoux, *Entre marge et interface, recompositions territoriales à la frontière franco-brésilienne (Guyane / Amapá)*(Tese de Doutorado, 2012).

FELDMAN-BIANCO, Bela; RIBEIRO, Gustavo Lins (org). *Antropologia e Poder: Contribuições de Eric R. Wolf*. Editora Unicamp.

FONT, Joan N. e RUFÍ, Joan V. *Geopolítica, identidade e globalização*. São Paulo: Annablume, 2006

GOMES, Flávio dos Santos (Org.) *Nas terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira – séculos XVIII/XIX*. Belém: Editora UFPA, 1999.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Amazônia, Amazônias*. 2º Ed. 1º reimp. – São Paulo: Contexto, 2008.

GÓES FILHO, Synésio Sampaio. *Navegantes, Bandeirantes, Diplomatas: Um ensaio sobre a Formação das Fronteiras no Brasil*. São Paulo: Martins e Fontes, 1999. (Temas Brasileiros).

GRANGER, Stéphane. *Guiana Francesa entre França e Brasil: da colonização A continentalização*. In: Jadson L. R. Porto e Eleneide D. Sotta (Orgs.). *Reformatações fronteiriças no Platô das Guianas*. Rio de Janeiro, Publit, 2011, p.71-91.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

HOLSTI, K. J. *Governança sem governo: a poliarquia na política internacional européia do século XIX*. In: James Rosenau e Ernst-Otto Czempiel (Orgs.) *Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial*. Brasília: Editora UnB; São Paulo: Imprensa oficial, 2000, p. 47-82.

INSEE (Institut National de la Statistique et des Études Économiques). Amapá-Guiana Francesa: Melhor estruturar os territórios para intensificar os intercâmbios. Guiana Francesa: PRIM, 2011a.

LAFER, Celso. *“Política Externa Brasileira: Reflexão e Ação”*. In MARCOVITCH, Jaques (org). *Cooperação Internacional: Estratégia e Gestão*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

LOUREIRO, Violeta R. *A Amazônia no século XXI: novas formas de desenvolvimento*. São Paulo: Editora Empório do Livro, 2009.

MAM LAM FOUCK, Serge. *Histoire generale de la Guyane Française*. Paris : Ibis Rouge Editions, 2002.

MARCOVITCH, Jaques (org). *Cooperação Internacional: Estratégia e Gestão*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria: Imaginação Geográfica e Política Externa no Brasil (1808-1912)* – São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, Moderna, 1997(Biblioteca Básica).

MARIANO, Marcelo Passini; BARRETO, Maria Inês. *Questões subnacionais e integração regional: o caso do Mercosul*. In: VIGEVANI, Tullo et al. (Orgs.). *A dimensão subnacional e as relações internacionais*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 2004.

MARTES, Ana C. B.; SOUZA, weber. *Remessas de recursos dos imigrantes*. *Estudos Avançados*, USP, vol. 20, n^o 57, 2006, p.41-54.

MARTINS, Carmetilla das Chagas. *A Migração Internacional nos Quadros da Cooperação Transfronteiriça Franco-Brasileira*. 36^o Encontro Anual da Anpocs, São Paulo, 2012.

_____. *As relações bilaterais Brasil/ França: as novas perspectivas para a fronteira Amapá e Guiana Francesa no contexto global*. Dissertação de Mestrado, UNB, Brasília, 2008.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2009.

MEIRA, Sílvio Augusto Bastos. *Fronteiras Setentrionais: Três séculos de lutas no Amapá*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989.

MRE. *Atos institucionais*. 1996 a 2012.

NASCIMENTO, Durbens M. (Org.) *Amazônia e Defesa: Dos fortes às novas conflitualidades*. Belém: NAEA/UFPA, 2008.

NASCIMENTO, Durbens Martins; PORTO, Jadson Luís Rabelo (org). *Interações Transfronteiriças no Platô das Guianas: novas construções, novas territorialidades*. Macapá, 2010.

_____. *Relações internacionais e defesa na Amazônia*. Belém: NAEA/UFPA, 2010.

NOVAES, Adauto. *Invenção e crise do Estado-nação*. In: Adauto Novaes (Org.) *A crise do Estado-nação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 9-21.

OLIVEIRA, Betiana S.; PINTO, Manoel J. S.; SOARES, Christianni L. *Novos aglomerados populacionais na fronteira: o caso Vila Brasil e Vila Vitória*. In: Jadson L. Porto; Durbens M. Nascimento (orgs.). *Interações transfronteiriças no Platô das Guianas*. Rio de Janeiro: Publit Soluções Editoriais, 2010, p. 161-183.

OLIVEIRA, Betiana S. *Dinâmicas sociais na fronteira entre o estado do Amapá e a Guiana Francesa*. Dissertação de Mestrado, Mestrado em Desenvolvimento Regional, Universidade Federal do Amapá, 2011.

PATARRA, Neide L. *Migrações Internacionais: Teorias, políticas e movimentos sociais*. Estudos Avançados, USP, Vol.20, nº 57, 2006, p.7-24.

PRADO JR, Caio. *A Formação do Brasil Contemporâneo* – São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

PINTO, Manoel de Jesus de Souza. *O fetiche do Emprego: um estudo sobre relações de trabalho de brasileiros na Guiana Francesa*. Tese (Doutorado). – Belém: NAEA/UFPA, 2008.

PIANTONI, Frédéric. *L'enjeu migratoire em Guyane française: une géographie politique*. – Matoury - Guyane: Ibis Rouge Editions, 2009.

POLICE, Gerard. *Eudorado: Le discours brésilien sur la Guyane française*. – Matoury - Guyane: Ibis Rouge Editions, 2010.

POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

PORTO, Jadson Luis Rabelo. *As principais Transformações Econômicas e Institucionais – 1943 A 2000*. GEA/SETEC. Macapá. 2003.

ROSENAU, James. *Governança, ordem e transformação na política mundial*. In: James Rosenau e Ernst-Otto Czempiel (Orgs.) *Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial*. Brasília: Editora UnB; São Paulo: Imprensa oficial, 2000, p. 11-46.

_____. *Reinvenções do uso território amapaense*. In: SIMONIAN, Lígia T. L. (Org.). *Políticas Públicas, desenvolvimento, unidades de*

conservação e outras questões socioambientais no Amapá. Belém: NAEA/UFPA/MPEAP, 2010. P. 91-113.

SASSEN, Saskia. *Specialities and temporalities of global: elements for theorization*. In Arjun Appadurai (Ed.) *Globalization*. Durham & London: Duke, Universerty Press, 2001, p. 260-278.

SARAIVA, José Flávio Sombra (org.) *Relações internacionais: dois séculos de história: entre a ordem bipolar e o policentrismo (de 1947 até os dias de hoje)*, Brasília, IBRI, 2001.

SANTOS, Fernando Rodrigues dos. *História do Amapá*. 3º Ed. – Macapá: Gráfica e Editora Valcan Ltda, 1997.

SILVA, Gutemberg. V.. *Integração Física Sul-Americana: Redes técnicas, território e escalas de ação no Planalto das Guianas*. In: CARVALHO, G.; Vagner, Alfredo. (Org.). *O Plano IIRSA na visão da Sociedade Civil Pan-Amazônica*. Belém: Fase/Comova/UFPA, 2009.

SILVA, Gutemberg. V. *Interações Espaciais Amapá (BR) - Guiana Francesa (FR): Uso Político Do Território E Cooperação Transfronteiriça*. In: PORTO, J.L.R.; NASCIMENTO, D. (Org.). *Interações Fronteiriças no Platô Das Guianas: Novas construções, novas territorialidades*. Rio de Janeiro: Publit, 2010.

SILVA, José Maria da; VIEIRA, Lidiane R.V *A Fornteira Amapá-Guiana Francesa e a Atuação dos Estados Nacionais in COSTA, Gustavo V. L. da; BIVAR, Vanessa S. B. dos (ORGs), Campo Grande: Editora UFMS, 2013, p.279-302.*

SILVA, José Maria. *A cidade de Oiapoque e as relações transnacionais na fronteira Amapá – Guiana Francesa*. *História Revista*, vol. 10, n. 2, 2005, p. 273-298.

SILVA, José Maria Da. *O espetáculo do boi-bumbá: folclore, turismo e as múltiplas alteridades em Parintins*. Goiânia: Ed. UCG, 2007.

SOARES, Ana Paulina A. *Travessia: análise de uma situação de passagem: Oiapoque e Guiana Francesa*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 1995.

TORRES, Sonia. *Nosotros in USA: literature, etnografia e geografias de resistências*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

WEBER, Max. *Economia e sociedade*. Vol. 2, Brasília: Editora UnB, 1999.